



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

---

CARLOS AUGUSTO DA SILVA

**A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DURANTE A  
DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO  
BRASIL: UMA PROPOSTA DE AULA OFICINA  
NO ENSINO DE HISTÓRIA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB

Agosto / 2025





**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE  
HISTÓRIA**



CARLOS AUGUSTO DA SILVA

A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DURANTE A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO BRASIL:  
UMA PROPOSTA DE AULA OFICINA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Paraíba, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História na Linha de Pesquisa Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão para a obtenção do título de Mestre.

Orientador Dr.  
Fernando Cauduro Pureza

JOÃO PESSOA - PB  
2025

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586e Silva, Carlos Augusto da.

A exploração do trabalho durante a ditadura empresarial-militar no Brasil: uma proposta de aula oficina no ensino de história / Carlos Augusto da Silva. - João Pessoa, 2025.

87 f. : il.

Orientação: Fernando Cauduro Pureza.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Ensino de História. 2. Cultura visual. 3. Podcast educacional. 4. Ditadura empresarial-militar. 5. Exploração do trabalho. I. Pureza, Fernando Cauduro. II. Título.

UFPB/BC

CDU 94(81).088(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

ATA Nº 31

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, através da Plataforma Google Meet ([meet.google.com/zep-pvxi-qvp](https://meet.google.com/zep-pvxi-qvp)), instalou-se a banca examinadora de dissertação de Mestrado do (a) aluno (a) CARLOS AUGUSTO DA SILVA. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr. FRANCISCO EGBERTO DE MELO, URCA, examinador externo à instituição, Dra. ARIANE NORMA DE MENEZES SÁ, UFPB, examinadora interna, Dr. FERNANDO CAUDURO PUREZA, UFPB, presidente. Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte do professor Dr. MARTINHO GUEDES DOS SANTOS NETO, coordenador do Programa, que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, passou a presidência dos trabalhos ao professor Dr. FERNANDO CAUDURO PUREZA, que de imediato solicitou a (o) candidato (a) que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada “A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DURANTE A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO BRASIL: UMA PROPOSTA DE AULA OFICINA NO ENSINO DE HISTÓRIA”, marcando um tempo de vinte minutos para a apresentação. Concluída a exposição, o professor Dr. FERNANDO CAUDURO PUREZA, presidente, passou a palavra ao professor Dr. FRANCISCO EGBERTO DE MELO, para arguir o (a) candidato (a), e, em seguida, à professora Dra. ARIANE NORMA MENEZES DE SÁ para que fizesse o mesmo; após o que fez suas considerações sobre o trabalho em julgamento; tendo sido **APROVADO** o candidato, conforme as normas vigentes na Universidade Federal da Paraíba. A versão final da dissertação deverá ser entregue ao Programa, no prazo de trinta dias, contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa. O candidato não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dr. FERNANDO CAUDURO PUREZA, UFPB

Presidente

Documento assinado digitalmente



FERNANDO CAUDURO PUREZA  
Data: 26/08/2025 11:28:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. FRANCISCO EGBERTO DE MELO, URCA

Examinador Externo à Instituição



Documento assinado digitalmente

FRANCISCO EGBERTO DE MELO  
Data: 26/08/2025 11:35:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. ARIANE NORMA DE MENEZES SÁ, UFPB

Examinadora Interna

CARLOS AUGUSTO DA SILVA

Mestrando

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela graça concedida a mim em todos os pedidos já feitos com muita fé.

À minha querida mãe, a quem amo muito e de forma intensa, pois todo o amparo que tive durante vários anos da minha vida veio dela. Mesmo sem muito estudo, lutou bravamente, e com muito trabalho, para que a educação escolar estivesse sempre presente, de forma prioritária, na vida de seus filhos.

Aos meus irmãos, dos quais sinto profunda saudade: Simone Maria Paiva Gomes (minha irmãzinha, *in memoriam*), Kalliardo da Silva e João Gustavo da Silva Sousa, por meio dos quais a distância física revelou o verdadeiro amor da irmandade.

À minha amada esposa, Raquel Rocha, companheira fiel em todos os momentos, cujo apoio, compreensão e incentivo foram fundamentais para que eu conseguisse chegar até aqui. Sua presença constante deu-me forças para não desistir e coragem para enfrentar os desafios.

Ao meu querido orientador, professor Dr. Fernando Cauduro Pureza, que, de forma muito gentil e compreensível, aceitou o convite para orientar esta dissertação. O caminho foi, para mim, repleto de desafios diante da correria do dia a dia, mas, com seus “puxões de orelha” para que eu cumprisse os prazos, conseguimos vencer esta etapa da vida acadêmica e profissional. “Tem que dar o último gás, Carlos, não pode desistir agora”. A você, Pureza, o meu muitíssimo obrigado.

Aos professores doutores que compuseram a banca examinadora, — Profa. Dra. Ariane Norma Menezes de Sá e Prof. Dr. Francisco Egberto de Melo, cuja contribuição foi essencial para construção deste trabalho. Boa parte desta investigação foi pensada no referencial teórico metodológico da disciplina *Metodologia no Ensino de História: o pesquisador-professor e o professor-pesquisador*, a qual foi ministrada pela Profa. Ariane e pela estimada Profa. Nayanna Mariano. A gênese do gosto pela leitura e compreensão do ensino de História veio da época da graduação, especialmente nas memoráveis aulas do Prof. Egberto, na disciplina de *Introdução a Prática de Pesquisa no Ensino de História*.

Ao meu amigo e colega de trabalho prof. Fernando de Oliveira, que sempre me apoiou e me encorajou a seguir em frente na pesquisa acadêmica e, nos momentos de angústia da dificuldade da escrita, esteve presente nas correções, dicas e sugestões de escrita. Um abraço fraterno, meu amigo.

A Karolina Lins, que também é mestre e historiadora e, de prontidão, revisou meus textos e rascunhos para a construção do capítulo teórico dessa dissertação. Suas contribuições foram valiosíssimas. A você, Karolina, o meu muito obrigado e um grande abraço do novo mestre.

A Sarita Bezerra, pela cuidadosa revisão textual e formatação deste trabalho, que contribuíram para a clareza e a qualidade da versão final.

Por isso, a vocês, mestres, familiares e amigos que estiveram comigo nessa jornada, o meu profundo agradecimento.

## RESUMO

Esta pesquisa teve como tema a exploração do trabalho durante o período da ditadura empresarial-militar no Brasil. O objetivo principal foi realizar uma aula oficina no Ensino de História para introduzir esse tema nas salas de aula. A investigação desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos: sondar, por meio da ferramenta digital *podcast*, a aprendizagem histórica dos estudantes do Ensino Médio sobre a questão; além disso, problematizar, no âmbito da aula-oficina em História, a recepção de um instrumento de relatório com perguntas respondidas pelos estudantes, a partir do estudo dos episódios<sup>1</sup> do *podcast* “História em Meia Hora” e das reportagens<sup>2</sup> do site “Agência Pública” sobre empresas cúmplices da ditadura. Tomamos por base o seguinte problema de pesquisa: por que existe uma forma predominante de ensinar a ditadura militar nas aulas de História, que foca na repressão aos direitos individuais e, de certa maneira, obscurece os direitos sociais e a exploração dos trabalhadores? A metodologia de aula oficina, elaborada por Isabel Barca (2004), serviu de base para o desenvolvimento da pesquisa, em diálogo com os conceitos que fundamentam o Ensino de História e que se definem como “aprendizagem histórica”, “letramento histórico” e “consciência histórica”. Foram analisados dois instrumentos de relatório aplicados em turmas de 2ª série (2023) e da 3ª (2024), observando se as respostas dadas demonstram conhecimentos sobre conceitos como “fonte histórica”, “substantivos” e de “segunda ordem”, além da percepção dos estudantes sobre “consciência histórica”. Concluímos que tais ideias foram assimiladas pelos alunos. Como produto final, elaboramos uma aula-oficina (Barca, 2004), abordando o tema da ditadura empresarial-militar.

**Palavras-chave:** Ensino de História. Cultura visual, mídias e linguagens. *Podcast*. Aula oficina. Exploração do trabalho.

---

<sup>1</sup> Trabalhamos com sete episódios que tematizam a Ditadura Militar no Brasil até o presente momento da pesquisa. Selecionamos os que foram apresentados entre os anos de 2020 a 2023, com os seguintes títulos e datas de publicação: O Golpe de 64 (22/05/2020); Ditadura Militar (07/11/2020); Corrupção na Ditadura Militar (02/02/2022); Tortura na Ditadura Militar (27/04/2022); EUA no Golpe de 64 (13/07/2022); João Goulart (22/10/2022) e Militares Torturados pela Ditadura (12/04/2023).

<sup>2</sup>Essas reportagens fazem parte de uma sessão especial do site da Agência Pública denominada de “Empresas Cúmplices da Ditadura”. Disponível em: <https://apublica.org/especial/as-empresas-cumplices-da-ditadura-militar/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

## ABSTRACT

This research focused on the exploitation of labor during the period of the corporate-military dictatorship in Brazil. The main objective was to conduct a workshop-style History class to introduce the theme of labor exploitation under the regime into classroom discussions. The investigation unfolded through the following specific objectives: to explore, by means of the digital tool of podcasts, the historical learning of high school students regarding the subject; and to examine, within the scope of the History workshop, the reception of a report instrument with questions answered by students, based on the analysis of episodes from the podcast *História em Meia Hora* and reports from the website Agência Pública about companies complicit with the dictatorship. The research was guided by the following question: why is there a predominant way of teaching the military dictatorship in History classes that emphasizes the repression of individual rights while, to some extent, obscuring social rights and the exploitation of workers? The workshop methodology developed by Isabel Barca (2004) served as the foundation for this research, in dialogue with key concepts that underpin History teaching, such as “historical learning,” “historical literacy,” and “historical consciousness.” Four report instruments were analyzed, applied to students in the 2nd year (2023) and 3rd year (2024) of high school, in order to assess whether the answers demonstrated understanding of concepts such as “historical source,” “substantive concepts,” and “second-order concepts,” as well as students’ perceptions of “historical consciousness.” The findings indicate that these ideas were indeed assimilated by the students. As a final product, a workshop-style class (Barca, 2004) was developed, addressing the theme of the corporate-military dictatorship.

**Keywords:** history teaching. visual culture, media and languages. podcast. workshop class. work exploitation.



## LISTA DE ABREVIATURAS

AI-5	Ato Institucional nº 5
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAAF	Centro de Antropologia e Arqueologia Forense
FM	Frequency Modulation
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MEC/USAID	Ministério da Educação / <i>United States Agency for International Development</i>
MG	Minas Gerais
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NEM	Novo Ensino Médio
PBL	Aprendizagem Baseada em Projetos
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIB	Produto Interno Bruto
ProfHistória	Mestrado Profissional em Ensino de História
SP	São Paulo
TV	Televisão
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
URCA	Universidade Regional do Cariri

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplo de um dos relatórios (frente) .....	40
Figura 2 - Reportagens da Agência Pública utilizadas como fonte didática .....	55

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantidade de relatórios coletados por turma e fontes de pesquisa utilizadas nas atividades (2023–2024) .....	51
--	----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1: O ENSINO DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR EM PRIMEIRO LUGAR .....	22
1.1.    Como é ensinada a História da Ditadura no Brasil?.....	22
1.2.    Como a questão da exploração do trabalho poderia aparecer no ensino de História da Ditadura?.....	29
1.3.    Podcast no ensino de História: um panorama.....	33
CAPÍTULO 2: MÉTODOS, CAMINHOS E LINGUAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA	37
2.1.    A Aula Oficina no ensino de História .....	37
2.2.    Linguagens Historiográficas: “História em Meia Hora e “Agência Pública” .....	43
CAPÍTULO 3: A INSTRUMENTALIZAÇÃO DE UMA AULA OFICINA E A PROGRESSÃO DA APRENDIZAGEM EM HISTÓRIA .....	48
3.1.    Propondo uma Aula Oficina no Ensino de História: os critérios utilizados para selecionar as linguagens.....	48
3.2.    A recepção da Aula Oficina com os estudantes e a progressão da aprendizagem através de Relatórios .....	51
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	63
ANEXO I- 1º TEMA SELECIONADO DO PODCAST HISTÓRIA EM MEIA HORA.....	65
ANEXO II- 1ª REPORTAGEM UTILIZADA PELO GRUPO NA PRÁTICA EXPERIMENTAL .....	68
ANEXO III- 2º TEMA SELECIONADO DO PODCAST .....	70
ANEXO IV- 2ª REPORTAGEM UTILIZADA PELO GRUPO NA PRÁTICA EXPERIMENTAL .....	72
ANEXO V- 3º TEMA SELECIONADO DO PODCAST HISTÓRIA EM MEIA HORA .....	74
ANEXO VI- 3ª REPORTAGEM UTILIZADA PELO GRUPO NA PRÁTICA EXPERIMENTAL .....	76
ANEXO VII- 4º TEMA SELECIONADO DO PODCAST HISTÓRIA EM MEIA HORA ..	78
ANEXO VIII- 3ª REPORTAGEM UTILIZADA PELO GRUPO NA PRÁTICA EXPERIMENTAL .....	800
ANEXO IX- SEQUÊNCIA DIDÁTICA.....	74
ANEXO X- MODELO DE RELATÓRIO DA AULA OFICINA (AGÊNCIA PÚBLICA)...	74
ANEXO XI- MODELO DE RELATÓRIO DA AULA OFICINA (HISTÓRIA EM MEIA HORA) .....	74

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda o tema da exploração do trabalho durante o período da ditadura empresarial-militar no Brasil. Contudo, não se trata de negligenciar aspectos como o terror de Estado, o autoritarismo, a repressão e a tortura, mas sim de enquadrá-los dentro de um modelo de sociedade e economia orientado pela lógica da acumulação capitalista. Para isso, a investigação se debruça sobre os mecanismos repressivos presentes na sociedade brasileira à época, compreendendo a supressão dos direitos sociais e trabalhistas como estratégia para sustentar essa opressão, e analisando de que forma tais processos podem ser problematizados, a partir de uma perspectiva do desenvolvimento econômico.

É importante ressaltar que a terminologia utilizada para definir o regime instaurado no Brasil após o Golpe de 1964, frequentemente denominada “ditadura civil-militar”, tem sido objeto de intensas discussões historiográficas. Esse debate se aprofunda ao se considerar a expressão “ditadura empresarial-militar”, a qual oferece uma perspectiva que destaca a convivência e participação ativa de setores empresariais no apoio e sustentação do regime autoritário.

O artigo de Demian Bezerra de Melo (2014), *“Ditadura ‘Civil-Militar’: Controvérsias Historiográficas sobre o Processo Político Brasileiro no Pós-1964 e os Desafios do Tempo Presente”*, discute como a participação civil — especialmente de grandes empresários — foi importante para a implementação e manutenção da ditadura. O autor argumenta que o termo “civil-militar” pode diluir a responsabilidade desses setores, sugerindo uma paridade de colaboração que, na verdade, resultou em uma simbiose entre militares e elites econômicas.

A tese de Elaine de Almeida Bortone (2018), *“O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)”*, explora, em profundidade, a maneira como o IPES, composto por influentes empresários, arquitetou e apoiou políticas que beneficiaram, diretamente, os interesses do empresariado durante o regime. Bortone demonstra como esse apoio empresarial não foi apenas circunstancial, mas estruturado e fundamental para a consolidação e perpetuação da ditadura.

Considerar a ditadura como “empresarial-militar” é, portanto, fundamental para entender as dinâmicas de poder e interesses que sustentaram o regime. Esse termo destaca a cumplicidade e o protagonismo das elites econômicas, corrigindo a percepção de que o regime foi exclusivamente militar. Tornar esse conceito familiar aos alunos em sala de aula é essencial para uma compreensão mais crítica e detalhada da História, como defendido por Bittencourt (2008),

ao sugerir uma abordagem didática que revele as várias camadas e agentes históricos envolvidos. Essa perspectiva permite que os alunos questionem a narrativa oficial e reconheçam as complexas relações de poder que moldaram a História do Brasil.

Segundo Carlos Fico, a concentração de capital ocorrida durante a ditadura não ocorreu sem resistência e, em diferentes momentos, os trabalhadores se organizaram e se manifestaram contra o regime:

O ano de 1968 também foi marcado por outras manifestações de descontentamento com o regime. Trabalhadores metalúrgicos nas cidades de Contagem (MG) e Osasco (SP) fizeram greves em abril e julho. Os sindicatos haviam sido muito reprimidos logo após o golpe permanecendo completamente cerceados: as greves surpreenderam o governo (Fico, 2022, p. 64).

Para tanto, a historiografia já levantou alguns questionamentos sobre esse contexto de repressão: por que foram retirados os direitos individuais? Havia alguma motivação por trás disso? Os “direitos sociais” não teriam sido também objeto de supressão para garantir uma maior exploração do trabalho? Quem pagou a conta do chamado “milagre brasileiro”? Nessa perspectiva, Carlos Fico (2022) propõe reflexões sobre essas questões, sobretudo nesse período de “crescimento econômico” no país, marcado pela inflação e pelo aumento da dívida externa.

A leitura feita pelo autor é de que, durante o chamado “milagre brasileiro”, “[...] o regime militar recorreu amplamente ao endividamento externo, pois havia oferta abundante de recursos nos mercados financeiros internacionais. Esses recursos financiaram o crescimento apenas de maneira complementar e, sobretudo, permitiram o acúmulo de reservas” (Fico, 2022, p. 81). No entanto, vale ressaltar que esta pesquisa não investigará como se deu esse processo de exploração, pois a historiografia já faz essa análise. A questão aqui central é compreender por que esse debate acadêmico não encontra espaço nas relações que se dão na escola.

Refletir sobre o conceito de Aprendizagem Histórica é pensar o próprio processo epistemológico do campo do ensino. Dessa forma, “[...] a aprendizagem histórica se trata de um processo coerente de operações mentais e cognitivas com desenvolvimentos visíveis – que podem ser determinados curricularmente” (Rüsen, 2012, p. 73). Ao discorrer sobre esse conceito, Bittencourt (2008) afirma que

A dificuldade dos historiadores diante dos conceitos e categorias de análise a ser selecionados e explicitados é uma constante em seu trabalho. Também para o professor de História o problema se apresenta, mas de maneira diferente. Em situação de ensino, há a necessidade de domínio da natureza específica do conhecimento histórico, além do desafio de saber como introduzir e encaminhar as tarefas de aprendizagem para alunos de diferentes idades e condições culturais (Bittencourt, 2008, p. 191-192).

O processo de ensino e aprendizagem, marcado pelas dificuldades nas escolhas temáticas e metodológicas de professores de História, conduz à compreensão do que se entende por literacia ou letramento histórico. Helenice Bastos Rocha, em seu artigo “*Letramento(s) histórico(s): Uma proposta plural para o ensino e a aprendizagem de História*”, sustenta

[...] que o letramento histórico ocorre quando o conhecimento histórico concretizado narrativamente e a reflexão sobre o tempo transformam aquele que aprende, através de mediações culturais em que a escrita é constituinte. [...] Como essa transformação envolve um conjunto de conhecimentos em apropriação individual e coletiva, abre-se um terreno teórico, metodológico e pedagógico fértil e multidisciplinar para a denominação, proposição e pesquisa do letramento histórico” (Bastos Rocha, 2020, p. 287).

Maria Auxiliadora Schmidt (2009) define o conceito de literacia histórica e estabelece uma conexão com a reflexão sobre consciência histórica.

[...] a literacia histórica baseia-se no entendimento de que se deve propiciar e obter condições para podermos fazer escolhas intencionais a respeito do passado. Por isto, é válida a questão colocada pela literacia histórica de que é importante saber que passado se quer, que usos a história tem para a vida prática e de que maneira a história pode ser aprendida (Schmidt, 2009, p. 14).

Segundo Luis Fernando Cerri (2011), a Consciência Histórica também se relaciona com o processo de Letramento Histórico, na construção de uma orientação para a vida prática e diária dos estudantes. Dessa forma, “pode-se dizer [...] que o valor educativo principal da história é a formação da competência narrativa, que se subdivide em três categorias: experiência, interpretação e orientação” (Cerri, 2011, p. 122). Esta última tem destaque na nossa reflexão, uma vez que relaciona as ideias de Consciência Histórica (diretamente tratada por este autor) e Letramento Histórico. Assim, “não basta conhecer fatos e processos históricos; é preciso ter capacidade de interpretar o tempo e usar esse conhecimento para a própria vida, agindo em conformidade com os próprios princípios e objetivos” (Cerri, 2011, p. 123).

Nessa mesma linha de raciocínio, Schmidt (2009, p. 14), ao parafrasear as ideias de Rüsen, afirma “que a ‘competência narrativa’ é a expressão da forma, do conteúdo e da função da consciência histórica. [...] A função é a capacidade que permite a utilização do todo temporal (passado, presente e futuro) como guia de ação na vida diária. Trata-se da competência de orientação” (Schmidt, 2009, p. 14).

Pensar a Consciência Histórica, trata-se de fazer uma reflexão de como esse conhecimento do passado, através de fatos e processos históricos, é mobilizado no dia a dia dos estudantes e na solução de problemas do presente, numa expectativa de futuro; como por

exemplo, as relações de trabalho e a exploração, ambas percebidas pelos estudantes. Refletir sobre esse conceito é dialogar com a possibilidade de se desenvolver uma aprendizagem significativa, que apenas acontece quando é possível fazer um *link* da competência narrativa, referenciada por Cerri (2011), com o que está sendo proposto. Então, novos conhecimentos só se tornam aprendizados históricos quando estabelecem relação com os conteúdos já apreendidos.

Portanto, compreendemos que os conceitos de Aprendizagem, Letramento e Consciência Históricas formam o que chamamos de “Ciclo Interpretativo”, um traçado metodológico que vai culminar na contextualização adequada de ideias históricas transmitidas em sala de aula. Esse ciclo inicia-se com as noções de aprendizagem em História, entendidos por Bittencourt (2008), passando pelo referencial do que se entende por Letramento Histórico – visto também em Schmidt (2009) – e se encerra com o debate sobre a Consciência Histórica, problematizado por Cerri (2011).

Essa discussão teórica, insere-se nesta pesquisa na medida em que a Consciência Histórica é constituída pelo cotidiano, pelos usos do passado e pela relação desse passado, enquanto experiência temporal, com a subjetividade dos estudantes, refletida no tempo presente. Nesse sentido, o processo de ensino e aprendizagem se sustenta na relação dessa Consciência Histórica com o conceito e eficácia da Aprendizagem Histórica, como afirma Rüsen (2012, p. 112): “A eficácia de um processo de aprendizagem histórica importante se sustenta na medida em que consiga vincular a experiência do tempo e a subjetividade dos alunos, relacioná-las uma à outra e articulá-las discursivamente”. Ao estimular os alunos com *podcasts* e artigos jornalísticos, constrói-se um conjunto de significados históricos dentro da sala de aula, cuja amplitude será determinante para a Consciência Histórica dos estudantes acerca da ditadura.

Dessa forma, propomos a sondagem da aprendizagem histórica a partir do consumo de mídias, que produzem formas massificadas de conhecimento, como o podcast “História em Meia Hora”. Além disso, buscamos compreender a apreensão das relações de trabalho como tema central da vida humana. Nesse contexto, o conceito de exploração é problematizado por meio das reportagens sobre as “Empresas Cúmplices da Ditadura”, considerando a análise das produções escritas dos estudantes.

Dito tudo isso, o projeto econômico da ditadura tem o seu ápice no chamado “Milagre Brasileiro”, fenômeno que levou a altos índices de desenvolvimento econômico, industrialização, urbanização, mas também acarretou na repressão política e supressão de direitos sociais. Iremos explorar o “outro lado do ‘Milagre’”, entendendo como as medidas dos primeiros anos da ditadura prepararam o terreno para a tal realidade e quais as consequências sociais, econômicas e políticas decorrentes do seu colapso. Nesse caso, o que nos chama atenção é a tentativa de construir uma



síntese do contexto histórico com finalidade didática, usando o *podcast* como ferramenta didático pedagógica.

Tomamos como problema de nossa pesquisa o seguinte questionamento: “por que existe uma forma predominante de ensinar a ditadura militar nas aulas de História, que foca na repressão aos direitos individuais e, de certa maneira, obscurece os direitos sociais e a exploração dos trabalhadores?”. Nesta perspectiva, queremos levar os alunos a compreenderem como a economia estava atrelada à exploração do trabalho, e, mais importante, lembrá-los de que, de alguma forma, esses processos repressivos ainda estão em curso contra a população.

Nessa abordagem, são considerados aspectos como a cumplicidade de empresas com o regime no descumprimento das leis trabalhistas e na supressão de direitos em geral. Também foram contemplados elementos relacionados à violação dos Direitos Humanos, aos desmandos políticos e sociais verificados no período, entre outros.

Para buscar possíveis respostas para essa pergunta-problema, um provável caminho pode ser trilhado na utilização de recursos tecnológicos no Ensino de História, visando a uma aprendizagem significativa, a partir do diálogo e aproximação de ferramentas digitais entre professores e alunos.

Num primeiro momento, esses fenômenos foram problematizados em sala de aula, através da metodologia de Aula Oficina, utilizando o *podcast* “História em Meia Hora”, que foi apresentado como recurso para que os alunos do Ensino Médio pudessem entender a temática da ditadura empresarial-militar de forma prática, com pesquisas e produção de relatórios, que tiveram como objetivo a sondagem da aprendizagem a partir dos episódios selecionados desse *podcast*. Também tomamos como fontes dez reportagens do site da “Pública” (Agência de Jornalismo Investigativo), pertencentes a uma sessão especial intitulada “Empresas Cúmplices da Ditadura”.

O tema da Ditadura Militar no Brasil nos interessa particularmente, pois nos mobiliza desde a época da pós-graduação<sup>3</sup> *lato sensu* em História do Brasil, na qual, estudando os anos de repressão iniciados na década de 1960, questionávamo-nos sobre a legitimidade do “Milagre Econômico”, perguntando-nos se, realmente, ele foi vivenciado por todas as camadas sociais e quais foram as suas “consequências”, ou seja, qual o “custo real” na vida dos brasileiros de tamanho desenvolvimento, em especial, no que se refere às questões trabalhistas.

Portanto, o período conhecido como “Milagre Econômico” (1968-1973) é caracterizado

---

<sup>3</sup> Após a graduação em Licenciatura Plena em História na Universidade Regional do Cariri - URCA, ingressamos na Especialização em História do Brasil na mesma Instituição de Ensino Superior, localizada na Cidade do Crato, no Sul do estado do Ceará.

por uma expansão acelerada do Produto Interno Bruto (PIB), com taxas de crescimento anual superior a 10% em alguns anos. Esse crescimento foi impulsionado por investimentos estrangeiros, grandes obras de infraestrutura e a expansão da indústria de base, conforme destaca Veloso, Villela e Giambiagi (2013).

Nesse sentido, entendemos que o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) representa uma oportunidade de aprofundar esse aspecto, favorecendo que os estudantes, de maneira prática, mobilizem esse conhecimento à luz da Educação Histórica. Para isso, dialogamos com Barca (2006), Lee (2006) e Schmidt (2009), cujas pesquisas abordam a relação entre consciência histórica e letramento histórico, compreendendo a realidade a partir do passado e constituindo, assim, o pensamento histórico dos alunos.

Partimos do pressuposto de que o espaço da sala de aula é um dos lugares de prática de Aprendizagem Histórica. Dessa forma, a figura do professor torna possível essa conexão e mediação, possibilitando a interconexão entre conhecimento, docente e estudante. Assim, torna-se relevante a presente pesquisa sobre a temática da ditadura empresarial-militar no Brasil e seu ensino nas aulas de História do Ensino Médio.

No campo da aprendizagem, observa-se que o tema selecionado ainda é pauta social, uma vez que problemas nas atuais relações de trabalho decorrem de práticas de exploração descritas em fontes relativas à Ditadura, conforme reportagens publicadas pela Agência Pública.

Obras como “*A Ditadura do Grande Capital*”, de Octávio Ianni, e “*Corpos para o Capital*”, da professora Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva, também tratam dessa problemática. Ianni (2019)<sup>4</sup> oferece um panorama amplo dos projetos que o autoritarismo bancou no país, enquanto Silva (2019) mostra como os direitos trabalhistas foram afetados e como os acidentes e mortes de trabalhadores aumentaram durante o “Milagre Brasileiro”. Essas obras evidenciam que, em termos historiográficos, há uma vasta literatura abordando o tema. Contudo, no âmbito do Ensino de História, há algumas lacunas sobre o conteúdo de classe acerca do regime ditatorial que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985.

Buscando suprir está lacuna, esta pesquisa propõe analisar de que maneira o *podcast* “História em Meia Hora” pode ser utilizado para ensinar sobre a ditadura empresarial-militar e a exploração do trabalho no Brasil. Discute-se a estrutura e o conteúdo dessa mídia digital, evidenciando seu potencial de integração às aulas de História do Ensino Médio. Além disso, utiliza-se os episódios como recurso didático, juntamente com a análise da recepção dos estudantes à metodologia de Aula Oficina.

---

<sup>4</sup> Vale lembra que a obra de Ianni foi originalmente publicada em 1981.

*História em Meia Hora* é um dos podcasts mais populares no segmento de plataformas de mídia digital, destacando-se por tornar acessíveis temas complexos de História a um público amplo. Apesar dessa relevância, ainda não abordou diretamente a exploração do trabalho durante a ditadura empresarial-militar no Brasil, o que abre uma oportunidade singular de inserir essa discussão em práticas pedagógicas. Assim, a utilização de episódios selecionados em aulas de História do Ensino Médio funciona como sondagem e favorece a reflexão sobre conceitos, ideias e temáticas do período, contribuindo para a aprendizagem histórica dos estudantes.

A linguagem adotada pelo *podcast* (marcada pela popularidade, acessibilidade e tom descontraído) amplia seu potencial de engajamento. Aliada a uma estratégia pedagógica bem estruturada, pode contribuir significativamente para a compreensão das relações econômicas e da exploração do trabalho no contexto da ditadura empresarial-militar.

Por fim, a utilização de mídias digitais, como o podcast *História em Meia Hora* e as reportagens da Agência Pública, demonstra o potencial dessas ferramentas no ensino da História, especialmente ao abordar a exploração do trabalho durante a ditadura empresarial-militar. Esses recursos permitem ampliar a discussão em sala de aula e favorecer uma aprendizagem histórica mais crítica e diversificada. A Agência Pública foi

fundada em 2011 por repórteres mulheres, a Pública é a primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos do Brasil. Todas as nossas reportagens são feitas com base na rigorosa apuração dos fatos e têm como princípio a defesa intransigente dos direitos humanos (Pública, 2024).

Essa proposta dialoga com os objetivos da linha de pesquisa “Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão” do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), ao buscar não apenas informar, mas também promover uma aprendizagem significativa que capacite os estudantes a refletirem sobre o passado e suas implicações no presente

Vale ressaltar que nosso trabalho está totalmente vinculado à linha de pesquisa por contemplar todos os eixos envolvidos, a saber: I) Linguagens, ao privilegiar a ferramenta digital *podcast*, essencialmente oral, bem como as reportagens da Pública, com sua linguagem de jornalismo investigativo; e II) Narrativas Históricas, pelo recorte temático relativo à ditadura empresarial-militar refletidos em relatórios e na apreensão e aquisição de novas aprendizagens pelos estudantes. A produção se relaciona com os desdobramentos pedagógicos do uso do *podcast*, que foi tomado como meio de difusão do conhecimento histórico.

Portanto, a pesquisa tem como princípio utilizar recursos tecnológicos para aproximar os alunos dos temas estudados, incentivando uma compreensão crítica e contextualizada dos

eventos. Essa abordagem visa transformar a sala de aula em um espaço dinâmico de aprendizado, em que o conhecimento é vivenciado e discutido de maneira significativa e relevante para a formação cidadã dos estudantes.

No capítulo primeiro desta pesquisa, intitulado “O ensino da ditadura empresarial-militar em primeiro lugar”, a questão central se desdobra na problematização e diálogo com autores que possuem trabalhos historiográficos sobre o Ensino da Ditadura Militar no Brasil, ou seja, buscase referenciar a ditadura na área do Ensino de História.

Pensar e desenvolver o segundo capítulo desta dissertação, descrito como “Métodos, caminhos e linguagens no ensino de história”, é fazer o percurso metodológico de Aula Oficina, proposto por Barca (2004), e trazer o conceito de Unidade Temática Investigativa, de Fernandes (2008). Em termos de linguagem historiográfica, o capítulo também propõe um panorama do uso de ferramentas digitais como possibilidade de solução mediadora de aprendizagem. Nessas circunstâncias, ganha destaque a utilização e análise do *podcast* “História em Meia Hora”. Além do mais, trabalhos acadêmicos que investigam ferramentas digitais para pensar o Ensino de História apresentam-se para a escrita dessa sessão.

Por fim, o terceiro e último capítulo desta pesquisa, “A instrumentalização de uma aula-oficina e a progressão da aprendizagem em História”, analisa os relatórios respondidos pelos estudantes, buscando identificar similaridades em suas respostas. Foram contemplados aspectos como a percepção e a compreensão do conceito de fontes históricas, descritos nas ferramentas e linguagens trabalhadas na aula-oficina, bem como a presença de conceitos substantivos e de segunda ordem nas produções dos alunos e suas reflexões sobre “consciência histórica”.

## **CAPÍTULO 1: O ENSINO DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR EM PRIMEIRO LUGAR**

### **1.1. Como é ensinada a História da Ditadura no Brasil?**

A Ditadura Militar no Brasil teve início em 31 de março de 1964, quando um golpe militar depôs o presidente, democraticamente eleito, João Goulart. De acordo com Beatriz Silva (2019),

Em estudo clássico, René Armand Dreifuss observou, com detalhamento impressionante, como o empresariado brasileiro agiu de maneira muito bem articulada e teve papel decisivo na preparação do golpe. Para tanto, estudou a atuação dos elementos de diversos setores da sociedade brasileira, em especial das classes dominantes, ligados ao complexo IPES-I-bad (Instituto de Pesquisas Econômicas e Superiores e Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e que atuaram intensamente na elaboração de um clima favorável para o golpe, neste evento propriamente dito e nos governos militares que se seguiram (Silva, 2019, p. 93).

Assim, René Dreifuss vai criar a ideia de que foi um golpe civil-militar, considerando que os militares só deram o golpe porque havia apoio civil. Nessa lógica, o golpe pode ser lido como empresarial-militar, porque considera-se que a parte civil era composta por setores empresariais. Nesse sentido, Silva (2019, p. 93) aponta também que, “conforme destaca Dreifuss, a conspiração de março-abril de 1964 ‘não foi um mero golpe militar’, mas ‘um movimento social civil-militar’ que levou a constituição de governos que adotaram políticas com forte conteúdo de classe.”

O referido golpe foi apoiado por setores conservadores da sociedade, incluindo empresários, militares e parte da classe média, que temiam as reformas propostas por Goulart, vistas como uma ameaça ao *status quo* e à propriedade privada. Assim, instaurou-se um regime autoritário que perdurou até 15 de março de 1985, quando o poder foi transferido para um governo civil.

Durante esses 21 anos, o Brasil foi governado por uma série de presidentes militares: Marechal Castelo Branco (1964-1967), Marechal Costa e Silva (1967-1969), General Médici (1969-1974), General Geisel (1974-1979) e General Figueiredo (1979-1985). O regime foi marcado por um forte controle militar e político, repressão a opositores, censura à imprensa e violação sistemática dos Direitos Humanos. Medidas de exceção, como o Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 1968, conferiram poderes praticamente ilimitados ao Executivo, suspendendo direitos civis e intensificando a repressão política.

O livro *Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho*,

organizado pela Comissão de Anistia criada durante o mandato da presidenta Dilma Rousseff, é uma obra que explora a complexa relação entre o período ditatorial no Brasil e o processo de redemocratização, abordando diferentes aspectos como a História política, a produção de imagens e o testemunho de pessoas atingidas pela repressão durante esse período. Enfatizando sobre o extenso período em que o Brasil foi governado por militares, em um dos textos dessa coletânea há a seguinte afirmação:

Com os militares instalados no poder, começava a temporada de punições e violência praticadas pelo Estado. A montagem de uma estrutura de vigilância e repressão, para recolher informações e afastar do território nacional os considerados ‘subversivos’ dentro da ótica do regime, e a decretação de Atos Institucionais arbitrários estiveram presentes desde os primeiros meses de governo. Num primeiro momento, esse sistema abateu-se principalmente sobre líderes sindicais e comunistas vinculados a luta pelas ‘reformas de base’ (Veloso; Villela; Giambiagi, 2013, p. 17).

A Ditadura utilizou-se de aparelhos repressivos para perseguir, torturar e eliminar opositores políticos. Milhares de pessoas foram presas, torturadas, exiladas ou mortas. A censura aos meios de comunicação, às artes e à cultura foi uma prática comum. O regime também utilizou propaganda para promover uma imagem positiva de si mesmo e legitimar suas ações, conforme enfatiza Mayra Ferreira Barreto (2020) em seu artigo *A Ditadura Civil-Militar em Sergipe: o que nos falam os jornais? (1968-1978)*.

Sabe-se que o período ditatorial não foi um todo homogêneo e uniforme. Entre 1968 e 1973, o Brasil experimentou um período de rápido crescimento econômico conhecido como “milagre econômico”. No entanto, esse crescimento foi acompanhado por um aumento das desigualdades sociais e econômicas. Segundo Veloso, Villela e Giambiagi (2013), apesar da repressão, diversos movimentos de resistência surgiram, incluindo guerrilhas urbanas e rurais, movimentos estudantis e sindicais, bem como a atuação de setores progressistas da Igreja Católica.

A partir do final da década de 1970, o Brasil começou a passar por um processo gradual de abertura política durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979). “Abertura ‘lenta, gradual e segura’ – como a frase acabou por se tornar conhecida – esse era o projeto de Geisel (Fico, 2022, p. 95)”. Essa fase foi caracterizada por uma tentativa de transição controlada do Regime Militar para um governo civil. O objetivo principal era suavizar as tensões políticas e sociais sem provocar uma ruptura abrupta que pudesse desestabilizar o país.

Geisel, seguindo uma abordagem cautelosa, implementou uma série de reformas que visavam reduzir a repressão política sem desmontar completamente o aparato do Regime Militar. De acordo com Carlos Fico (2022),

Sua proposta era um aprimoramento do antigo projeto de ‘institucionalização’ do regime, que já se manifestara quando o marechal Costa e Silva, segundo seu secretário de imprensa, Carlos Chagas, tentou acabar com o AI-5 e reabrir o Congresso Nacional, fechado desde a edição do ato. [...] O general Geisel delineou um processo paulatino de institucionalização – que objetivava incorporar ‘salvaguarda’ na Constituição no lugar do AI-5, cujo fim ele decretou em outubro de 1978, para valer a partir de janeiro de 1979. As terríveis penas de morte, de prisão perpétua e de banimento, estabelecidas pela Junta Militar, também foram extintas em outubro de 1978. Alguns dos sistemas que integravam o aparato de repressão política deveriam ser igualmente eliminados, sobretudo o Sistema DOI-Codi. Mas o Sistema CGI também deveria acabar, bem como a censura deveria ser abrandada, com o fim da censura prévia (Fico, 2022, p. 95).

Nesse contexto, compreende-se que o estudo do Regime Militar e de suas consequências oferece importantes lições para o entendimento da política brasileira atual, incluindo a forma como o autoritarismo pode emergir e se consolidar. Ensinar sobre a Ditadura Militar nas escolas é vital para formar cidadãos críticos capazes de reconhecer e combater ameaças à democracia e aos Direitos Humanos; ou seja, formar esses cidadãos críticos e conscientes é subsidiar os estudantes na compressão de mudanças significativas no modo de ensinar, superando uma história tida como “tradicional”, herdada do próprio período militar brasileiro. Como afirma Maria Aparecida Lima dos Santos em seu texto *Consciência Histórica e Educação Histórica: diferentes noções, muitos caminhos*: “Com a crise do regime militar e o processo de redemocratização, retomou-se a discussão em torno da necessidade de promoção de mudanças no ensino de história” (Santos, 2014, p. 53).

Ensinar sobre a Ditadura envolve também refletir sobre o que caracteriza o Ensino de História numa democracia. Para Santos (2014), a necessidade de fornecer teorias diversificadas, estratégias e métodos permitem superar um retrocesso de investigações sobre o Ensino de História em uma perspectiva tecnicista, a qual também era fruto do período ditatorial.

Ansiava-se, também, por uma melhor compreensão das relações entre os saberes produzidos na Academia e aqueles no espaço escolar, na tentativa efetiva de suplantar o ideário nacionalista. Naquele momento, superar a ‘história tradicional’ significava combater as heranças do período militar, o qual havia utilizado o espaço do ensino de história como instrumento importante de divulgação do ideário do regime (Santos, 2014, p. 53-54).

Compreender a Ditadura Militar no Brasil é essencial para entender várias dimensões da história e da sociedade brasileira contemporânea. O conhecimento sobre os crimes cometidos pelo Regime é crucial para a memória coletiva e para a busca por justiça e reparação às vítimas e seus familiares. Refletir sobre o período ditatorial ajuda na valorização e fortalecimento da democracia, bem como dos Direitos Humanos e das liberdades civis, evitando, por exemplo, a

repetição de erros passados.

Nos anos imediatamente posteriores ao golpe de 1964, os estudos sobre a Ditadura foram marcados pela censura e repressão. Muitas análises iniciais, produzidas tanto no Brasil quanto no exterior, concentravam-se em descrever os eventos políticos e econômicos, evitando críticas diretas ao regime. A análise do período era, muitas vezes, feita sob a ótica da “modernização autoritária”, que sugeria que o desenvolvimento econômico e a centralização política poderiam justificar medidas autoritárias temporárias.

Inicialmente usado por Barrington Moore Jr., em *Origens da ditadura e democracia* (1983), o conceito tinha em vista a análise do longo processo de mudança social, observando o papel das estruturas agrárias na conformação de um novo pacto político na modernização, na passagem das sociedades pré-industriais para industriais. Sendo uma análise em perspectiva comparada, Moore Jr. analisou as diferenças da formação do capitalismo na Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha e Japão. Os dois últimos países, diferentes dos três primeiros, teriam como característica a modernização autoritária: a constituição de um pacto entre uma fração das classes médias e industriais com as elites agrárias na articulação de uma transformação social caracterizada pela negação dos direitos civis e ascensão de regimes ditatoriais. A marca da modernização conservadora é a construção de uma sociedade capitalista em que os valores democráticos eram colocados em segundo plano. Como salientou Renato Ortiz, ‘a ideia de modernização conservadora se aplicaria no Brasil à emergência da modernidade como um todo, abarcando diversos períodos de nossa formação histórica, da Primeira República ao Estado Novo’ (Oliveira, 2012, p. 114).

Nesse contexto, a historiografia que não mencionava as particularidades do momento histórico vivido – a saber, a Ditadura – tinha pouca ou nenhuma entrada no Ensino de História no âmbito escolar. Isso ocorria, é claro, sem considerar aspectos fundamentais como a censura (instaurada pelo AI-5) à reforma MEC/USAID de 1967, que alterou os currículos escolares e suprimiu espaços dedicados às Ciências Humanas e à História.

De fato, a historiografia sobre a Ditadura dependeu, em grande parte, de obras produzidas fora do Brasil, como a tese de Maria Helena Moreira Alves, *Estado e Oposição no Brasil* (1985), e a obra de René Dreifuss, *1964: A conquista do Estado* (1981). Concomitante a isso, no final da Ditadura, obras como *Brasil: Nunca Mais* (1985), um compilado de documentos que detalham as atrocidades cometidas pelo regime, foram fundamentais nesse processo de preservação da memória histórica. Além disso, livros-depoimento como *O que é isso, companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira, e *Os Carbonários* (1981), de Alfredo Syrkis — para citar apenas alguns —, ajudaram a consolidar o debate público sobre a Ditadura, o que viria a influenciar o Ensino de História na redemocratização.

Em grande parte, é possível dizer que a natureza controversa e disputada das memórias associadas a esse período contribuíra para tal escassez. Percebe-se que a historiografia da



Ditadura tem enfrentado novos desafios e abordagens críticas nos últimos anos e o ensino não é exceção. Diante das disputas políticas no Brasil, desde a ascensão da extrema-direita, a interpretação do período ditatorial tornou-se um campo de batalha simbólico (Maia, 2023). Historiadores têm se empenhado em contrapor narrativas revisionistas que buscam minimizar ou justificar as ações do Regime Militar. Esse contexto reforça a importância de uma abordagem rigorosa e baseada em evidências, que continue a iluminar os aspectos sombrios do período e a promover uma compreensão crítica do passado.

A pesquisa de Alessandra Gasparotto e Caroline Bauer (2021), *“O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula”*, oferece uma análise detalhada sobre como esse tema é abordado nos ensinos Fundamental e Médio. Ambas autoras produziram importantes obras historiográficas sobre a Ditadura, mas elas constataam que “em função do incremento dos discursos negacionistas nos últimos anos”, são muitos os relatos de professoras e professores da Educação Básica que têm tido dificuldade de tratar sobre esse período em sala de aula (Gasparotto e Bauer, 2021. p. 438-439). As autoras identificam que os professores enfrentam o desafio de ensinar sobre um período cujas memórias são tanto individuais quanto coletivas, e que essas memórias frequentemente se encontram em disputa. Essa situação cria uma complexidade adicional, uma vez que os educadores precisam equilibrar diferentes pontos de vista e lidar com as sensibilidades envolvidas.

Há, ainda, outra questão discutida pelas autoras: a abordagem do tema nas escolas é dificultada pela falta de consenso sobre o próprio significado e as consequências do Regime Militar. Essa falta de compreensão se reflete nos materiais didáticos, nas orientações curriculares e nas próprias práticas pedagógicas adotadas pelos professores. Gasparotto e Bauer (2021) assinalam também que essa diversidade de abordagens pode tanto enriquecer o ensino, ao expor os alunos a múltiplas perspectivas, quanto criar confusão, caso não haja uma mediação adequada por parte do educador.

Um dos principais problemas identificados no ensino da Ditadura é a dificuldade dos professores em lidar com a politização do tema. Segundo Carlos Fico (2022), muitos docentes relatam resistência, tanto de alunos, quanto de suas famílias, quando tentam abordar as violações de Direitos Humanos ocorridas durante o Regime Militar. Esse cenário é agravado por um contexto político polarizado, no qual discussões sobre a Ditadura frequentemente resvalam em debates ideológicos intensos.

Para superar esses desafios, Gasparotto e Bauer (2021) sugerem que é fundamental promover uma formação continuada para os professores, focada em metodologias que favoreçam o ensino crítico e reflexivo da história. Elas enfatizam a importância de criar espaços de diálogo

e de fomentar o pensamento crítico nos alunos, permitindo que eles compreendam a complexidade do período ditatorial e as suas repercussões na sociedade brasileira contemporânea. Os “[...] diferentes discursos e sentidos produzidos sobre o período ditatorial no tempo presente atravessam as aulas de História nos Ensinos Fundamental e Médio” (Gasparotto; Bauer, 2021, p. 438) e o professor de História deve estar ciente da potência desses atravessamentos. Em outras palavras, trata-se de lidar “com o desafio de ensinar sobre um período histórico cujas memórias – individuais e coletivas – são controversas e estão em disputa” (Gasparotto; Bauer, 2021, p. 439). Essas dificuldades evidenciam a importância de situar os estudantes diante do intenso debate atual no país acerca dos significados e legados desse período.

Dito isso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) desempenha um papel fundamental. Como documento orientador essencial para o ensino nas escolas brasileiras, ele estabelece diretrizes sobre os conteúdos que devem ser ensinados em cada etapa da Educação Básica e influencia diretamente como eventos históricos, semelhantes a Ditadura Militar no Brasil, são abordados nas salas de aula. A integração dessa diretriz com abordagens pedagógicas críticas pode contribuir para um ensino mais profundo e uma aprendizagem significativa da história desse período, promovendo uma reflexão necessária sobre o passado e suas implicações no presente.

A BNCC, aprovada em 2017, serve como referência nacional para a formulação dos currículos escolares. Em relação à Ditadura Militar, a Base prevê que os alunos devem estudar esse período histórico no Ensino Fundamental II (anos finais) com foco em diferentes aspectos. No Ensino Fundamental II, a habilidade EF09HI19 destaca a importância de compreender o contexto histórico e político da Ditadura, incluindo o golpe de 1964, o regime autoritário e os mecanismos de repressão e censura. A abordagem enfatiza as violações dos direitos humanos, a censura à imprensa, a perseguição política e a resistência da sociedade civil. Os alunos são incentivados a analisar documentos históricos, testemunhos e outras fontes primárias para desenvolver uma visão crítica sobre o período.

A habilidade EF09HI19 consiste em: Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos; Analisar as violações dos direitos humanos durante a ditadura civil-militar (1964-1985) e o papel da comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2018, p. 428).

Para além do exposto, a ênfase no papel da comissão Nacional da Verdade ainda abre uma outra possibilidade de análise. A dizer de que os horrores da Ditadura não se encerram somente no período histórico estabelecido (1964-1985), mas também se estendem para o regime

democrático e para as próprias disputas de memória.

A BNCC amplia essa abordagem, propondo um estudo mais aprofundado das dinâmicas políticas, econômicas e sociais da Ditadura. O enfoque inclui a análise do “milagre econômico” e suas contradições, a resistência e os movimentos sociais, como o movimento estudantil, as guerrilhas urbanas e rurais, e a atuação dos setores progressistas da Igreja Católica. Também se discute a transição para a democracia, destacando o papel da anistia, da abertura política e das eleições diretas (Maia, 2023)

Nota-se que a Base aborda a Ditadura Militar com um enfoque multifacetado, cobrindo diferentes aspectos do período. Entre os conteúdos específicos, destacam-se as violações dos Direitos Humanos, com ênfase nas práticas repressivas do Regime, incluindo prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos forçados e censura. Nesse sentido, os alunos são incentivados a estudar testemunhos de vítimas e documentos oficiais para entender a gravidade das violações. Destaca-se também o contexto político e econômico, analisando o golpe de 1964, o estabelecimento do regime autoritário e o “milagre econômico”.

Na presente pesquisa, buscou-se estabelecer um modelo didático no qual a perspectiva da BNCC fosse respeitada ao mesmo tempo em que a diretriz de autoras como Gasparotto e Bauer (2021) fosse devidamente acolhida, dando ênfase a uma análise crítica da Ditadura. A partir dela, os alunos foram instados a analisar as causas do golpe, incluindo o medo do comunismo durante a Guerra Fria, a instabilidade política do governo de João Goulart e as demandas por reformas sociais e econômicas. A análise do “milagre econômico” também é abordada, permitindo uma discussão sobre o crescimento econômico acelerado e suas consequências para com a classe trabalhadora, como o aumento das desigualdades sociais e regionais, bem como a exploração de trabalho no contexto ditatorial.

Não obstante as questões discutidas, é possível compreender que o ensino da história da Ditadura no Brasil enfrenta desafios significativos devido à natureza controversa e disputada das memórias associadas a esse período. No entanto, abordagens pedagógicas que promovem a reflexão crítica, a análise de múltiplas perspectivas e o estudo aprofundado dos diversos aspectos políticos, econômicos e sociais do regime autoritário são essenciais. A partir da perspectiva de Gasparotto e Bauer (2021), a reflexão crítica torna-se uma arma fundamental para garantir que este passado não seja utilizado pelas forças autoritárias do presente.

A reflexão sobre o ensino acerca da Ditadura esbarra, contudo, nos impasses de nossa transição democrática. Como destaca Jorge Ferreira em seu artigo “*O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática*”, a redemocratização foi um movimento cujos impasses reverberam na própria República e que não foram devidamente solucionados. Desses impasses,

o que se percebe é que há ainda poucas reflexões sobre o campo do ensino de história voltada para a história da Ditadura (Ferreira, 2018).

## **1.2 Como a questão da exploração do trabalho poderia aparecer no ensino de História da Ditadura?**

Tratar da exploração do trabalho remete a um conceito que não é propriamente simples. Para E.P. Thompson, a exploração não é uma lógica meramente quantitativa, mas também qualitativa, entrecruzando as relações de produção e a percepção dos próprios trabalhadores sobre o processo. Como o historiador britânico estabelece, “a relação de exploração é mais que a soma de injustiças e antagonismos mútuos. É uma relação que pode ser encontrada em diferentes contextos históricos sob formas distintas, que estão relacionadas a formas correspondentes de propriedade e poder estatal” (Thompson, 1987. p. 28)

De fato, o contexto histórico sobre o qual nos debruçamos nesta dissertação é marcado por um tipo específico de exploração que encontra sua correspondência tanto a formas específicas de propriedade, quanto ao poder estatal, sendo este muito mais lembrado ao longo do Ensino de História sobre a Ditadura. O período da Ditadura Militar no Brasil foi marcado por um regime autoritário, que impôs severas restrições às liberdades civis e políticas. Após o golpe de Estado vivenciado pelo presidente João Goulart, os militares implementaram uma série de medidas repressivas para consolidar seu poder, incluindo a censura à mídia, a perseguição a opositores políticos, a suspensão de direitos constitucionais e a prática de tortura contra dissidentes.

Sabe-se que a Ditadura utilizou o crescimento econômico acelerado entre 1968 e 1973, intitulando-o como “milagre econômico”. Durante este período, o país efetivamente experimentou um crescimento significativo do PIB e uma expansão industrial notável. No entanto, esse crescimento teve um custo elevado para a classe trabalhadora, que enfrentou uma série de desafios, como a precarização das condições de trabalho, baixos salários e a repressão aos movimentos sindicais (Velloso; Villela; Giambiagi, 2013). Além disso, a base de sustentação desse crescimento foi o aumento da dívida pública, o que traria terríveis consequências para a economia brasileira na década seguinte.

Contudo, quando se pensa no ensino de História sobre a Ditadura, talvez seja importante estabelecer linhas gerais acerca do seu aprendizado. A utilização de “noções históricas singulares”, conforme discutido por Bittencourt (2008), é essencial para o ensino de História, pois fornece aos alunos uma estrutura conceitual que facilita a compreensão de períodos

históricos complexos, como o Mercantilismo, a Ditadura Militar, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Esse fundamento teórico é crucial quando avançamos para as discussões abordadas sobre a exploração do trabalho no contexto da Ditadura Militar brasileira.

Ao aplicar esses conceitos, os educadores podem oferecer uma análise mais abrangente e crítica, que não se limita apenas aos aspectos políticos e econômicos da Ditadura, mas também examina seus impactos sociais e humanos. Entender a exploração do trabalho durante esse período, através das “noções históricas singulares” defendidas por Bittencourt (2008), permite que os alunos reconheçam as interconexões entre políticas autoritárias e as condições de vida dos trabalhadores, promovendo uma visão mais integrada e profunda da história, permitindo associações e considerações críticas de maior amplitude analítica.

A título de proposta, contudo, entende-se que essa não deve ser apenas uma metodologia isolada. Incorporar tal noção dentro do currículo escolar permite uma reflexão sobre as correlações entre dinâmicas de poder, as desigualdades sociais e a resistência dos trabalhadores frente à repressão estatal. Além disso, ao promover o desenvolvimento de um pensamento crítico nos alunos, ela também os capacita a analisar, de forma mais complexa e integrada, o próprio presente.

De fato, ao dar ênfase à noção de exploração durante a Ditadura, revelam-se as contradições entre o crescimento econômico e a justiça social, uma contradição na qual o pensamento hegemônico usualmente ignora. Assim, ao discutir essa temática, os educadores contribuem para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados com as questões sociais e políticas do Brasil, paralelamente, caminhando com as competências e as habilidades pressupostas pela BNCC.

A questão que se coloca é permitir a apreensão dos alunos acerca da ditadura empresarial-militar no Brasil, bem como de suas políticas econômicas de cunho modernizador. A partir de tais iniciativas, acredita-se que é possível trazer aspectos específicos do trabalho, enquanto atividade essencial para a sustentação deste crescimento – e seus desdobramentos perante a repressão do regime.

A obra *“A Ditadura do Grande Capital”* (2019), de Octávio Ianni, oferece um panorama abrangente dos projetos econômicos que o regime autoritário implementou, destacando a convivência do Estado com o grande capital e o impacto disso sobre a classe trabalhadora. Ianni (2019) argumenta que a Ditadura apoiou uma série de reformas que beneficiaram os grandes empresários, enquanto os trabalhadores enfrentavam condições cada vez mais precárias e uma constatada repressão. Dessa forma, esse contexto é fundamental para entender as políticas econômicas do período - denominadas pela autora como “milagre brasileiro” - que, embora

tenham promovido um crescimento significativo, também exacerbaram as desigualdades sociais e exploraram a força de trabalho de maneira intensiva.

Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva, em sua tese de doutorado, *“Corpos para o Capital”*, que foi publicada em formato de livro no ano de 2019, expõe como os direitos trabalhistas foram gravemente afetados durante a Ditadura. A autora documenta o grande aumento de acidentes de trabalho e mortes, um resultado direto da intensificação da exploração e da falta de regulamentações e proteção. Sendo assim, sua obra faz uma compreensão da dimensão humana e social das políticas econômicas à época, oferecendo uma perspectiva detalhada sobre as condições de vida dos trabalhadores durante o referido período.

No âmbito do ensino de História, é essencial incorporar essas perspectivas historiográficas para proporcionar aos alunos uma visão completa e crítica da Ditadura. Isso sugere que há uma lacuna significativa no ensino que precisa ser preenchida com materiais e abordagens pedagógicas que deem voz às experiências dos trabalhadores. Para tanto, é possível afirmar que ensinar sobre a exploração do trabalho durante a ditadura empresarial-militar requer estratégias pedagógicas que envolvam os alunos de maneira crítica e reflexiva. Uma abordagem eficaz é o uso de fontes primárias, como documentos históricos, artigos de jornais da época, e registros oficiais. A aplicação de metodologias ativas pode gerar uma compreensão e aceitação nos embalos da discussão e isso permite que os alunos analisem diretamente os materiais da época e desenvolvam suas próprias interpretações sobre os eventos. Além disso, a inclusão de diferentes vozes e perspectivas, especialmente as dos trabalhadores, enriquece o ensino de História, tornando-o mais inclusivo e representativo. Isso não apenas humaniza o conteúdo, mas também fortalece a memória histórica e a valorização dos direitos humanos, contribuindo para uma educação mais democrática e justa.

E é nesse contexto que entra o ensino da História através de metodologias ativas mais atrativas e tecnológicas, no intuito de inserir o contexto histórico diante de ferramentas e discussões da atualidade. Trata-se de abordagens pedagógicas que colocam o estudante no centro do processo de aprendizagem, promovendo a participação ativa, a colaboração e a construção do conhecimento de forma significativa. Essas metodologias contrastam com as práticas tradicionais de ensino, que, muitas vezes, são expositivas e centradas no professor. Exemplos de metodologias ativas incluem a Aprendizagem Baseada em Projetos (PBL), o ensino híbrido, e o uso de tecnologias digitais interativas.

Segundo Bacich e Moran (2018, p. 12), “as metodologias ativas favorecem a autonomia dos estudantes e a construção colaborativa do conhecimento, tornando o aprendizado mais engajador e eficaz”. A integração dessas abordagens no ensino de História pode fomentar uma

análise crítica e contextualizada dos eventos históricos, incentivando os alunos a desenvolverem uma visão mais abrangente e crítica do passado.

Para além do trabalho metodológico, certos documentos são de suma importância para a aula de História. Os depoimentos de trabalhadores que viveram o período podem fornecer uma perspectiva mais humana e concreta das condições de trabalho. Esses depoimentos podem ser encontrados em livros, documentários, entrevistas disponíveis em acervos históricos, *podcasts*, entre outras ferramentas e metodologias ativas. Além disso, parcerias com instituições de memória e o uso de tecnologias digitais podem ajudar a contextualizar e humanizar o conteúdo, tornando o aprendizado mais dinâmico e significativo. Há, também, os materiais das Comissões Nacionais da Verdade e de Comissões Estaduais, em especial, os seus relatórios, que estabelecem uma série de elementos para permitir o uso em sala de aula.

Da mesma forma, é possível afirmar que trazer obras historiográficas, como as de Ianni (2019) e Silva (2019), para o planejamento do professor pode contribuir, significativamente, para enriquecer o Ensino de História. Ainda que se trate de uma historiografia acadêmica, essas obras jogam luz a processos nos quais os livros didáticos usualmente não dão a devida centralidade ao lidar com a Ditadura. Assim, um aspecto central das consequências das políticas ditatoriais sobre a classe trabalhadora poderá emergir em aula, permitindo associações e correlações por parte dos estudantes.

Cabe destacar que, não obstante, a possibilidade de explorar uma grande profusão de materiais não ignora as dificuldades para com materiais didáticos. De fato, muitos professores relatam a escassez de materiais didáticos que abordem o tema de maneira detalhada e crítica. Segundo Marcos Silva de Oliveira, no livro *“Ensino de História e as Questões Contemporâneas”* (2012, p. 33): “a ausência de materiais didáticos específicos e críticos sobre a exploração do trabalho durante a ditadura militar é um dos maiores desafios enfrentados pelos educadores”.

Contudo, percebe-se que a abordagem de um ensino crítico e contextualizado da história da Ditadura, com ênfase na exploração do trabalho, não pode ser subestimada. Abordar esse tema permite que os alunos desenvolvam uma compreensão mais abrangente e complexa do período, indo além das narrativas simplistas ou oficiais. Conforme discutido, a exploração do trabalho durante a Ditadura revela as contradições entre o crescimento econômico e a justiça social, destacando as desigualdades e as lutas enfrentadas pela classe trabalhadora.

Um ensino crítico promove a capacidade dos alunos de questionar, analisar e refletir sobre as inter-relações entre política, economia e sociedade. Isso é essencial para a formação de cidadãos capazes de compreender e enfrentar os desafios contemporâneos com base em uma compreensão sólida e crítica do passado.

Nessa perspectiva, a pesquisa sobre a temática da ditadura empresarial-militar no Brasil e seu ensino nas aulas de História do Ensino Médio visa enfrentar um desafio contemporâneo e relevante: como abordar um período controverso da nossa história de maneira que engaje e eduque criticamente os estudantes? Dada a complexidade e a atualidade do tema, torna-se fundamental que o ensino de História promova uma compreensão dos eventos que marcaram o país, especialmente, aqueles relacionados à exploração do trabalho durante o chamado “Milagre Brasileiro”.

As dificuldades identificadas por Gasparotto e Bauer (2021) sobre o ensino da Ditadura, evidenciam a necessidade de lidar com memórias controversas e em disputa, algo que se reflete nas salas de aula. A partir da ideia de “noções históricas singulares” de Bittencourt (2008), e possível afirmar que a exploração do trabalho é um conceito que, em paralelo à noção de Ditadura, permite estabelecer correlações que abrem um outro campo dessa disputa na sala de aula. Para além daquilo canonicamente estabelecido, o referido contexto emerge não só como a violência, mas a violência em um cenário em que a acumulação de capital e a concentração de renda são determinantes para o seu entendimento.

Nesse sentido, para esta dissertação, há uma reflexão específica sobre como se dá a consolidação dos conceitos, utilizando como metodologia ativa a escuta e a discussão de *podcasts*, pensando-os aqui como ferramenta pedagógica inovadora e eficiente (Borges, Francisco; Louvem, 2022). A mídia digital não só facilita o acesso ao conteúdo, como também possibilita que os estudantes aprendam em diferentes contextos e ritmos. A popularidade e a dinâmica dos *podcasts*, como exemplificado pelos programas “História FM”<sup>5</sup> e “História em Meia Hora”<sup>6</sup>, mostram que essa abordagem pode ser muito bem recebida pelos jovens, tornando o aprendizado mais envolvente e significativo.

### **1.3 Podcast no ensino de História: um panorama.**

Com o avanço da tecnologia e o crescente acesso à internet, novas formas de comunicação e aprendizado têm emergido, oferecendo alternativas inovadoras para a disseminação do conhecimento. Entre essas formas, os *podcasts* se destacam como uma ferramenta poderosa e versátil. Inicialmente associados a entretenimento e conversas informais, os *podcasts* têm se transformado em um meio significativo para a educação e a divulgação de informações especializadas.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://anchor.fm/historia-fm> Acesso em: 13 nov. 2024.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/show/6uscSyqp0q7Cb0uoEujgL8> Acesso em: 13 nov. 2024.



Os *podcasts* são arquivos de áudio digital disponibilizados na internet para que os ouvintes possam baixar e ouvir em seu próprio ritmo. Sua flexibilidade e acessibilidade têm permitido seu uso de maneiras criativas e educativas, proporcionando uma plataforma para a exploração de diversos tópicos, incluindo a História. No contexto educacional, os *podcasts* oferecem uma alternativa às formas tradicionais de ensino, como aulas e textos acadêmicos, permitindo uma abordagem mais envolvente para a aprendizagem.

No campo da História, e especificamente na discussão de temas complexos, como a Ditadura Militar no Brasil, os *podcasts* têm se mostrado uma ferramenta valiosa. Eles possibilitam o estudo de eventos históricos de maneira acessível e dinâmica, oferecendo aos ouvintes não apenas uma narração dos fatos, mas também análises críticas e discussões historiográficas. A capacidade dos *podcasts* de incorporar diferentes perspectivas, entrevistas com especialistas e depoimentos de pessoas diretamente afetadas pelos eventos históricos contribui para uma compreensão multifacetada do passado.

Há ainda outro aspecto específico relacionado ao uso de *podcasts* em articulação com redes sociais. Ele está diretamente ligado a um modelo de engajamento com o público, que não só permite a interação com apresentadores e entrevistados, mas, também, estimulam, por meio de enquetes, postagens em redes sociais e até campanhas de financiamento coletivo – muitas delas com recompensas. Do ponto de vista do ensino, tal engajamento contribui para o caráter ativo e público dessas mídias, que vai para além da sua própria legitimidade.

Essa problemática nos inquieta a procurar e entender outros meios e ferramentas didáticas, como os *podcasts*, para realizar de forma mais significativa o processo de ensino e aprendizagem da temática nas aulas de História do Ensino Básico. Borges, Francisco e Lovem (2022) apontam que:

Dentre as ferramentas atuais, podemos citar o podcast. Percebendo essa facilidade de comunicação em massa, especialmente junto aos jovens 'nativos digitais', colocamos tal recurso como uma das possibilidades pedagógicas para uso do professor. Dentro de uma perspectiva dinâmica, a aula vai além do espaço físico da escola, permitindo que o aluno tenha acesso ao conteúdo em qualquer lugar, a qualquer tempo e a partir de qualquer mídia (Borges; Francisco; Lovem, 2022, p. 175).

Os autores explicam que o *podcast* é uma gravação de áudio que pode ser acessada via arquivo ou *streaming*. Tem como vantagem o fácil acesso e a flexibilidade de espaço e tempo, englobando diferentes ritmos de aprendizagem e encontrando boa receptividade entre os estudantes. Essas características nos chamaram a atenção para esse recurso, indo além da própria sala de aula.

No entanto, o *podcast*, assim como outras mídias digitais, precisa ser problematizado metodologicamente como meio didático no ensino de História. Borges, Francisco e Lovem (2022) enumeram diversos recursos digitais, mas alertam para a necessidade de saber quais, como e quando usá-los:

[...] podemos citar inúmeros recursos como vídeoaulas, podcasts, jogos educacionais, webquest, entre outros, aplicados a diversos níveis escolares e extraescolares. Entretanto, a questão não é apenas utilizar essas tecnologias, mas essencialmente saber qual, como e quando usá-las (Borges; Francisco; Lovem, 2022, p. 163).

A pesquisa desenvolvida pelos autores constatou um baixo uso de *podcasts* por alunos e professores da Educação Básica para complementar seus estudos de História. No entanto, eles apontam que:

Numa perspectiva geral, o uso dessa metodologia, mesmo sendo ainda pouco explorada, pode trazer diversidade didática e promover uma percepção reflexiva e crítica por parte dos alunos. Porém, é crucial um planejamento prévio por parte do professor ao aplicar essa atividade, caso contrário, o recurso pode se limitar ao caráter lúdico e de entretenimento (Borges; Francisco; Lovem, 2022, p. 179).

O historiador Icles Rodrigues, em seu artigo no livro “*Novos combates pela História*”, (2021), desenvolve um olhar crítico sobre o uso de vídeos no YouTube e *podcasts* para fins pedagógicos. Ele define a mídia *podcast* como “[...] um programa de rádio que você pode ouvir quando quiser, inclusive podendo fazer download” (Rodrigues, 2021, p. 177-178). O referido autor é um dos mais populares produtores de *podcasts* de História no Brasil, e possui um programa nessa modalidade, o “História FM”. Segundo ele, “há também os podcasts História em Meia Hora e História pros brother, ambos apresentados pelo professor Vítor Soares, que desenvolvem episódios concisos e de maneira divertida, voltados para um público amplo” (2021, p. 191). Em certo sentido, o *podcast* permite direcionamentos específicos para o público, permitindo que seu uso, enquanto recurso didático, seja polivalente.

Outro fator relevante dessa mídia digital de áudio é a forma como o apresentador se comunica. O professor busca constantemente conversar com o espectador, usando uma linguagem fluida que ajuda a comunicar, com eficiência, os acontecimentos históricos. Essa relação é necessária para “prender” a atenção e incentivar o empenho dos alunos nos temas propostos. Um exemplo é a maneira como os episódios levantam questionamentos para o ouvinte, instigando sua curiosidade em apenas “trinta minutos do seu dia”. Nossa pesquisa busca construir essa dialogicidade não só a partir do *podcast*, mas, também, na própria sala de aula, junto com os estudantes.

O uso de *podcasts* como ferramenta educacional e de disseminação de conhecimento histórico tem se mostrado cada vez mais relevante na era digital. Eles oferecem uma maneira flexível e acessível de consumir informações, podendo ser ouvidos em qualquer lugar e a qualquer momento, o que é particularmente vantajoso no contexto educativo. O *podcast* “História em Meia Hora” exemplifica bem esse potencial, ao fornecer conteúdos de alta qualidade em episódios de curta duração.

Abordar a história da Ditadura e as questões de trabalho através dessa ferramenta digital é importante por várias razões. Destaca-se que a ditadura empresarial-militar no Brasil é um período crucial da história recente do país, marcado por repressão política, censura e violações de direitos humanos. Entender esse período é essencial para compreender o Brasil contemporâneo. Além disso, a exploração do trabalho durante a Ditadura teve profundas implicações sociais e econômicas, que ainda reverberam nas relações de trabalho atuais. E, utilizar essa ferramenta de forma pedagógica pode engajar os estudantes de maneira inovadora, promovendo uma aprendizagem significativa.

Em síntese, as aulas de História precisam navegar pelas memórias individuais e coletivas que são controversas e estão em constante disputa, dificultando a criação de uma narrativa unificada e compreensível para os alunos do Ensino Fundamental e Médio. Este contexto exige uma abordagem pedagógica cuidadosa e sensível, que reconheça a complexidade e a pluralidade das experiências e interpretações historiográficas desse período. Nesse sentido, o uso de ferramentas de áudio digital, como os *podcasts*, mostra-se estratégico por ampliar o alcance da discussão, tornar o aprendizado mais acessível e aproximar os estudantes de uma linguagem que dialoga diretamente com seu cotidiano, fortalecendo o papel da História na formação de uma consciência crítica.

## CAPÍTULO 2: MÉTODOS, CAMINHOS E LINGUAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA

### 2.1 A aula oficina no ensino de História

Nesta seção, discute-se a metodologia de Aula Oficina, de Isabel Barca, no texto “Aula Oficina: do Projeto à Avaliação” (2004) e sua aplicabilidade nas pesquisas no campo do ensino de História. O passo a passo, etapas e caminhos metodológicos foram contemplados neste estudo, visando estabelecer uma prática que será discutida no capítulo 3. Assim, a investigação se propôs a definir o entendimento e uso desse método em outros trabalhos, de modo a contextualizar os temas, ações, fontes e linguagens dessa pesquisa, realizada com estudantes do Ensino Médio.

Em primeiro lugar, é fundamental pensar as possibilidades teóricas e conceituais advindas dessa metodologia já consolidada. Sendo assim, algumas pesquisas trazem em suas problematizações a possibilidade de intervenção pedagógica para mapear e compreender os conhecimentos já adquiridos pelos jovens estudantes, os quais fazem, muitas vezes, parte das análises desse campo de investigação, através do uso e produção de instrumentos e outros materiais que podem fornecer fontes de informações. Isso se dá pelo processo de entendimento das ideias históricas.

Para bem sistematizar o exposto acima, Henrique Rodolfo Theobald, no livro “*Fundamentos e Metodologia do Ensino de História*” (2010), exemplifica uma pesquisa de Fernandes (2008), intitulada “*Reconstrução das aulas de História na perspectiva da Educação Histórica: da aula oficina à unidade temática investigativa*”, analisando documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as Diretrizes de Ensino. Segundo o autor, “os documentos oficiais consultados, [...] enfatizam a importância de se considerar os conhecimentos que as crianças, jovens e adultos já possuem sobre o saber o ser estudado” (Theobald, 2010, p. 47).

Ao centrar seu enfoque nos conhecimentos adquiridos previamente pelos jovens, Theobald (2010) alargou o entendimento do conceito de “Unidade Temática Investigativa”, caracterizada como o passo a passo da metodologia da Aula-Oficina. A partir deste conceito, pode-se afirmar que ele está diretamente atrelado à metodologia já consolidada por Barca (2004). Nesse caso, sua leitura permitiu enxergar algumas questões problematizadoras levantadas, as quais valem a pena ser mencionadas: “como construir a aula de História para que sejam valorizadas as ideias históricas dos alunos? Como fazer isso para que a aprendizagem da história tenha mais sentido para os alunos?” (Theobald, 2010, p. 50).

Dito isso, desenhou-se um caminho, costurando essa metodologia com o conhecimento

do tema da exploração do trabalho durante a ditadura empresarial-militar, bem como com os objetivos da pesquisa a serem atingidos a partir da inserção dessa temática nas salas de aula de História. Desta feita, a escolha metodológica e de construção desse conhecimento no ensino poderá ser utilizada por outros professores em seu cotidiano, ainda que seja necessário mediar as diferentes condições e conteúdos com os quais os docentes se deparam na realidade escolar.

Barca (2004) nos alerta para um primeiro momento do ensino de História, no qual a prática de sala de aula, por vezes, restringe-se ao conhecimento do professor, distanciando-se, assim, de um processo de ensino-aprendizagem significativo, no qual os estudantes seriam agentes. Nesse sentido, a autora enxerga tal prática como um modelo tradicional e impositivo, já que se manifesta única e exclusivamente através da figura do docente, posicionando-o como a única fonte de conhecimento dentro de sala de aula. Para Barca, esse modelo pode ser chamado de “aula conferência”:

O modelo de ‘aula-conferência’ proposta pelo paradigma tradicional baseia-se numa lógica do professor como detentor do verdadeiro conhecimento, cabendo aos alunos – por normas e catalogadas como seres que ‘não sabem nada’, ‘não pensam’ – receber as mensagens e regurgitá-las corretamente em teste escrito (Barca, 2004, p. 131-132).

Numa segunda ação em sala de aula, denominado modelo de aula-colóquio, o papel do docente ainda se configura como central, mesmo que esse processo permita que os estudantes aprendam uns com os outros e os conhecimentos sejam compartilhados. Entretanto, a autora critica esse modo de ensino e aprendizagem tradicional, uma vez que não contempla a participação dos alunos numa aprendizagem significativa, na qual considera o pensamento histórico e ideias prévias dos estudantes como fundamental. Assim posto,

no modelo de aula-colóquio, o saber pode ser problematizado e partilhado, mas a atenção continua a centrar-se na actividade do professor e nos seus materiais de apoio, mantendo-se na sombra o cuidado a ter com as ideias prévias dos alunos e consequentes tarefas cognitivas a desenvolver por estes nas aulas. O pressuposto de que o conhecimento deve ser construído na aula pelos alunos é afirmado como mera retórica, sem concretização nem fundamentação empírica e sistemática (Barca, 2004, p. 133).

No entanto, esse trajeto inicial, permite compreender a possibilidade de outros tipos de aplicação, até chegar à metodologia de Aula Oficina propriamente dita. “Neste modelo, o aluno é efectivamente visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as actividades das aulas, diversificadas e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integrados na avaliação” (Barca, 2004, p. 133). Dito de outra forma, o modelo de Aula Oficina carrega consigo um sentido prático no qual a manipulação de materiais que

constituem a base do saber histórico permite uma outra relação de aprendizagem.

Usando esse modelo de Aula Oficina, Theobald (2010) propôs um estudo no qual organizou os procedimentos metodológicos em seis etapas sistemáticas: 1) definição da temática a ser trabalhada; 2) planejamento de perguntas para investigar os conhecimentos prévios dos alunos; 3) categorização dos conhecimentos prévios dos alunos, visando sua análise; 4) a intervenção pedagógica; 5) a comunicação da aprendizagem como processo formal de avaliação; e 6) a investigação da metacognição. Para fins desta pesquisa, tais etapas foram devidamente seguidas e problematizadas de acordo com as práticas perante os estudantes.

No que diz respeito à *definição da temática a ser trabalhada*, Theobald (2010) propõe que a definição dos temas a serem desenvolvidos depende das variantes organização e estrutura do currículo escolar, as quais são orientadas pelas diretrizes nos âmbitos municipal, estadual e nacional, além do planejamento habitual do docente. Considerando que a BNCC efetivamente permite que a temática seja debatida em sala de aula, cabia ao professor inseri-la dentro do seu planejamento.

Assim, visando inicializar a temática, foi proposta uma discussão em torno dos episódios do *podcast* “História em Meia Hora”, específicos da Ditadura Militar no Brasil, junto ao estudo e pesquisa dos assuntos tratados em cada episódio: O Golpe de 64<sup>7</sup> (22/05/2020); Ditadura Militar<sup>8</sup> (07/11/2020); Corrupção na Ditadura Militar (02/02/2022); Tortura na Ditadura Militar (27/04/2022); EUA no Golpe de 64 (13/07/2022); João Goulart (22/10/2022) e Militares Torturados pela Ditadura (12/04/2023). Nessas circunstâncias, os estudantes se organizaram em grupos para apresentar os conteúdos de cada uma das temáticas.

A ideia da exploração do trabalho surgiu durante a disciplina de Teoria da História do mestrado, cujo professor orientou algumas problemáticas iniciais sobre os vários temas de pesquisa possíveis que o ProfHistória poderia abarcar. Nesse processo, já tínhamos o interesse em pesquisar algo relacionado à Ditadura Militar no Brasil, assim como a utilização do *podcast* “História em Meia Hora”, só não sabíamos o quê especificamente. Em seguida, surgiu a possibilidade de entender e trabalhar com as “Empresas Cúmplices da Ditadura”, um conjunto de reportagens que nos impactaram de imediato e que fizeram parte de uma escolha acertada e sugerida pelo orientador escolhido e designado de forma oficial para o caminho dessa dissertação.

Construída a temática da Aula Oficina, Theobald pontua que “é necessário criar um

---

<sup>7</sup> O Golpe de 64 de 22/05/2020 não está mais disponível nas plataformas de tocadores de *podcast*. Porém, um outro episódio, com a mesma temática foi publicado novamente no “História em Meia Hora” em 27/04/2024.

<sup>8</sup> Esse episódio não está mais disponível no *podcast*.

instrumento para que os alunos expressem suas ideias históricas prévias. Esse instrumento pode ser em forma de questões que devem estar relacionadas à importância dos objetivos do ensino, possibilitando ao professor conhecer as ideias prévias dos alunos [...]” (2010, p. 51).

Como coleta de dados fornecidos para a pesquisa, elaborou-se um instrumento denominado “Relatório da Aula Oficina de História”, com questões orientadoras sobre a construção do conhecimento (ver Anexos), abordando itens como a identificação das fontes, temas e conceitos históricos substantivos e de segunda ordem existentes ou não nos episódios do *podcast* “História em Meia Hora”. A Figura 1 traz o exemplo das respostas a esses relatórios.

**Figura 1** - Exemplo de um dos relatórios (frente)

(Tema do episódio do podcast História em Meia Hora)

tortura na ditadura militar

1. Quais as fontes históricas pesquisadas e narradas neste episódio? Identifique-as.

No podcast foi citada muitas fontes históricas, dentro elas, o livro, Brasil nunca mais, que são documentos do governo, Áudio que foram revelados na reportagem da jornalista Miriam Leitão, Equipamentos de tortura no museu da resistência, o site de comissão nacional da verdade, caderno pessoal do ex-ditador Emílio Médici, Cemitério com corpos de vítimas de tortura

2. Demonstre as questões econômicas e as relações de trabalho existentes no episódio em questão.

No episódio não foi falado sobre questões econômicas, apenas sobre as questões de trabalho, apenas foi citada sobre os trabalhadores sendo vítimas de tortura

Fonte: Acervo pessoal.

A partir das respostas dos estudantes para o “Relatório da Aula Oficina de História”, considerou-se a importância de organizar as narrativas dos alunos em categorias de análise em que fosse possível identificar certos padrões de respostas que apresentassem e demonstrassem atingir os objetivos da aprendizagem histórica dos temas da Ditadura Militar no Brasil. Neste caso, seguindo o modelo de Theobald, é possível afirmar que

a categorização dos conhecimentos prévios abre um leque de possibilidade de intervenção pedagógica, cabendo ao professor, [...] tomar a decisão sobre o que lhe parece mais necessário para a aprendizagem e definir os instrumentos e fontes históricas que utilizará para alcançar os objetivos, agora reorientados pela análise dos conhecimentos históricos prévios dos alunos (Theobald, 2010, p. 53).

Diante das apresentações dos estudantes sobre os variados aspectos da Ditadura no Brasil, a partir da escuta atenta aos episódios do *podcast* “História em Meia Hora”, foi constatada a necessidade de combinarmos outra linguagem para introdução do tema específico da exploração do trabalho e do próprio caráter empresarial-militar do regime. Assim, foram utilizadas reportagens do site da Agência Pública sobre as “Empresas Cúmplices da Ditadura”

Segundo as apurações feitas, foram identificadas dez empresas que tiveram algum grau de cumplicidade com a ditadura empresarial-militar brasileira. Todas elas foram publicadas no período compreendido entre 30 de maio e 05 de julho de 2023, a partir de trabalhos desenvolvidos por acadêmicos em colaboração com a agência de notícias. Assim como foi realizado um trabalho de inserção dos alunos por meio do uso dos episódios do *podcast* “História em Meia Hora” — especialmente o episódio “O Golpe de 64”, reproduzido na íntegra pelo professor —, utilizou-se também, para introduzir a linguagem jornalística das reportagens, a seguinte publicação: “MPF investiga 12 empresas por violações de direitos humanos na ditadura militar; entenda”<sup>9</sup>, veiculada em 05/07/2023.

As demais reportagens da sessão especial “Empresas Cúmplices da Ditadura” foram divulgadas para que os estudantes formassem os grupos de apresentações, duas empresas para cada equipe, contemplando as dez selecionadas para o desenvolvimento da Aula Oficina. Os alunos tiveram acesso a elas através do link enviado ao grupo de *Whatsapp* da disciplina de História.

De posse dessas reportagens, cada equipe, formada pelos próprios estudantes, ficou responsável por pesquisar e apresentar os resultados para toda a turma, na data prevista, sem perder de vista os critérios e perguntas presentes nos instrumentos de relatório da Aula Oficina. Dessa vez, a sondagem não tinha mais o objetivo de captar os conhecimentos prévios de cada estudante, mas, sim, fazer com que os elementos e conceitos da exploração do trabalho por parte das empresas fossem percebidos, agora por eles, com o intuito de construção de uma aprendizagem significativa, na perspectiva de um entendimento da vida prática de cada um deles

---

<sup>9</sup> Esta reportagem pertence ao especial “As empresas cúmplices da ditadura militar”, que revela dez empresas que teriam algum grau de participação no aparato de repressão que perseguiu, prendeu, torturou e assassinou opositores durante o Regime. Disponível em: <https://apublica.org/2023/07/mpf-investiga-12-empresas-por-violacoes-de-direitos-humanos-na-ditadura-militar-entenda/> Acesso em: 26/07/2025



no tempo presente.

Para Theobald (2010, p. 53), “a *intervenção pedagógica* refere-se à reorientação do planejamento da aula sobre a temática definida, lançado mão das mais variadas fontes históricas [...]”. Entretanto, essa relação com as linguagens e documentos escolhidos está atrelada à elaboração de objetivos, na perspectiva de gerar aprendizagem significativa nos estudantes de acordo com a sua progressão.

A variedade das linguagens e fontes estão dispostas no uso da mídia de áudio *podcast* e nas reportagens da Pública. Com isso, esses suportes auxiliaram o professor e os estudantes na realização das apresentações e nas produções narrativas oriundas dos relatórios. As exposições orais ocorreram após a formação das equipes e o estudo de duas empresas do período, sendo estruturadas a partir da demonstração das fontes de pesquisa e da explicação sobre como cada reportagem foi construída, isto é, quais investigações sustentaram os estudos referentes às empresas cúmplices da Ditadura.

Em relação aos instrumentos de relatório da Aula Oficina, tratavam-se de uma síntese das apresentações. Contudo, eles mapeavam, de forma intencional, a progressão das aprendizagens dos estudantes. Foram respondidos de forma individual. A diferença para os relatórios da sondagem da aprendizagem e dos conhecimentos prévios dos alunos eram apenas na mudança de entendimento da linguagem utilizada. Os primeiros preocupavam-se em perceber os questionamentos, através dos episódios do *podcast* “História em Meia Hora”, já os últimos voltavam-se para a compreensão da linguagem jornalística advinda das reportagens da “Agência Pública”.

Terminada a etapa da intervenção pedagógica, fez-se necessário justificar o uso dos relatórios da Aula Oficina como processo formal dessa avaliação, em que

a comunicação dos alunos pode dar-se no mesmo instrumento com o qual se buscou as ideias históricas prévias dos alunos, bem como de outras formas, como narrativas, desenhos, histórias em quadrinhos, charges, quadros comparativos, dramatizações ou outros instrumentos desenvolvidos pelo professor (Theobald, 2010, p. 55).

Além disso, é imprescindível perceber a *comunicação da aprendizagem* para o professor, “[...] pois ele poderá verificar se houve avanço na aprendizagem, se houve contribuição para a mudança no nível de consciência histórica dos alunos, por meio da comparação das ideias prévias com as ideias comunicadas, após a intervenção pedagógica” (Theobald, 2010, p. 55).

Portanto, as perguntas orientadoras dos Relatórios<sup>10</sup> levaram à produção de narrativas dos estudantes participantes da pesquisa.

Segundo Theobald (2010, p. 56) a *metacognição* “é aquilo que está para além da aprendizagem. No caso dessa investigação, trata-se de perceber no *podcast* “História em Meia hora” e nas reportagens do site da Pública “Empresas Cúmplices da Ditadura” a existência ou não dos conceitos substantivos e de 2ª ordem - ferramentas analíticas utilizadas para compreender como o conhecimento histórico é construído-, relacionados à exploração do trabalho, ditadura empresarial-militar, fonte histórica, dentre outros.

## 2.2 Linguagens Historiográficas: “História em Meia Hora e “Agência Pública”

Nesse tópico, os episódios selecionados do *podcast* foram debatidos pelos estudantes através de suas apresentações, enquanto cursavam a 2ª série do Ensino Médio, abordando temas específicos sobre a Ditadura Militar no Brasil. Além disso, um instrumento especial – Relatório - fundamentado na metodologia de Aula Oficina, foi pensado e produzido pelo professor mediador da pesquisa e utilizado pelos estudantes como forma de comunicação da aprendizagem deles.

Assim, iniciou-se a discussão que resultou neste trabalho, partindo da exibição do episódio “Golpe de 1964” do *podcast* “História em Meia Hora”. Ele serviu como ponto de partida para sondar a compreensão dos estudantes sobre a Ditadura Militar no Brasil, bem como para introduzir a ferramenta digital como recurso didático nas atividades do projeto. Nesse contexto, o episódio foi reproduzido integralmente durante a aula de História. Essa etapa foi feita com o auxílio de equipamentos adequados, como TV, *notebook* e internet, permitindo a acessibilidade e a eficácia do processo de ensino e aprendizagem.

O episódio “Golpe de 1964” do *podcast* “História em Meia Hora” oferece uma visão concisa e acessível sobre os eventos que levaram ao golpe, bem como suas consequências imediatas. Vitor Soares, o professor que explica os fatos, é conhecido pela criatividade de transformar temas complexos em narrativas envolventes e compreensíveis. Ele começa contextualizando o cenário político e social do Brasil nas décadas de 1950 e 1960, destacando as tensões entre diferentes grupos políticos, a polarização ideológica e os conflitos de interesses entre militares e civis.

A narrativa detalha os eventos-chave que culminaram no golpe de 31 de março de 1964,

---

<sup>10</sup> Os relatórios anexados e analisados foram aplicados pelo professor e respondidos pelos estudantes participantes da pesquisa como instrumentos de atividades avaliativas do cotidiano da sala de aula de História.

quando o presidente João Goulart foi deposto por um movimento militar. Soares explora as motivações dos militares, as alianças com setores conservadores da sociedade, incluindo a classe média e empresários, bem como o apoio dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Nesse aspecto, o historiador consegue deixar em evidência o caráter de classe não só do golpe, mas da própria Ditadura.

Além de narrar os fatos históricos, o *podcast* também aborda as repercussões do golpe, como a instauração do Regime Militar, a repressão e resistência políticas, a censura, a tortura e as violações dos direitos humanos. Enfatiza, ainda, a importância de entender esses eventos para compreender o Brasil contemporâneo e as dinâmicas políticas que ainda influenciam o país. Entretanto, uma crítica que pode ser feita é que a narrativa factual que o episódio reconstrói acerca da Ditadura tende a reproduzir e até mesmo reforçar narrativas já cristalizadas nos manuais didáticos.

Para bem sistematizar essa discussão sobre as repercussões do Golpe e, principalmente, conectar o debate e problematização da violação dos direitos humanos no tempo presente, Gasparotto e Bauer (2021, p. 444) contrapõem-se uma leitura excessivamente linear, afirmando que:

por outro lado, ainda que os livros didáticos e manuais escolares tenham se qualificado nos últimos anos, muitos deles continuam reproduzindo uma narrativa sobre o período baseada em uma abordagem linear e cronológica, que introduz o tema a partir de cada um dos cinco presidentes ditadores e enfatiza o binômio repressão e resistência, operando em uma lógica que reforça a ideia de um conflito entre “dois lados”. A censura e a tortura comumente são abordadas nesses materiais, mas estão desvinculadas de uma discussão mais ampla que permita problematizar o que tornou possível tais experiências, por que (e por quem) elas foram implementadas e toleradas por tanto tempo e quem apoiou o golpe e a ditadura. Além disso, poucas vezes há uma problematização que permite conectar a violação dos direitos humanos no período com as experiências de violência e desrespeito aos direitos humanos no tempo presente – que provavelmente estão inscritas na realidade de muitos/as de nossos/as estudantes.

Ainda que possa se destacar uma certa linearidade na estrutura do episódio em questão, a narrativa dele é enriquecida com referências a fontes históricas e testemunhos, proporcionando uma perspectiva crítica sobre o período. A linguagem utilizada é informal e didática, o que facilita a compreensão e mantém o interesse dos ouvintes, especialmente os mais jovens. Em suma, o episódio “Golpe de 1964” do “História em Meia Hora”, não obstante seu formato mais linear, é uma excelente introdução ao tema, oferecendo uma visão geral e bem contextualizada dos eventos e suas consequências. É um recurso valioso para professores e estudantes que desejam abordar o assunto de forma dinâmica e acessível em sala de aula.

Nesse contexto, embora ainda não trate da exploração do trabalho no *podcast* “História

em Meia Hora”, o episódio “O Golpe de 1964” serviu como ponto de partida para sondar os conhecimentos prévios e a compreensão dos estudantes sobre a ditadura no Brasil. Os demais episódios foram apresentados pelos grupos de estudantes, cada grupo ficou responsável por apresentar uma temática relacionada à ditadura empresarial-militar do Brasil.

A aprendizagem aconteceu em variados espaços e contextos, o que nos leva a pensar nas conexões que a história na sala de aula pode proporcionar já que, como bem lembra Theobald (2010, p. 58), “os conhecimentos prévios ou as ideias que os alunos trazem para a escola são importantes como pontos de ancoragem do processo ensino-aprendizagem”.

Parte-se do pressuposto de que o espaço da sala de aula é um dos principais locais para a prática da aprendizagem histórica. Nesse contexto, a figura do professor é fundamental para possibilitar essa conexão e mediação, proporcionando que o conhecimento se torna objeto de interconexão entre o docente e o aluno. Pesquisar sobre a ditadura empresarial-militar no Brasil e destacar este caráter de classe para o campo da Educação Básica é, portanto, altamente relevante e o dossiê sobre a Ditadura, lançado pela *Agência Pública*, em 2023, é de fundamental importância.

As reportagens analisadas ilustraram problemas desse período histórico, revelaram como suas consequências ainda se fazem presentes no cotidiano da sociedade em que os estudantes estão inseridos. Posto de outra forma, a mudança de linguagem — do *podcast* para a reportagem — permite também um outro viés que não só identifica tensões classistas na ditadura, mas também permite pensar um outro aspecto das consequências do passado ditatorial em nossa sociedade.

Neste aspecto, o debate sobre a história e seus conceitos, conforme descrito por Bittencourt (2008), é inerente à produção do conhecimento histórico, tanto na academia, quanto no ensino de História. A autora destaca que a aprendizagem histórica está atrelada à investigação de determinados conceitos e sua utilização no contexto de cada época. Bittencourt (2008) nos ajuda a entender que:

A história é sempre história de alguma coisa, de algo que está acontecendo, que muda, que possui movimento até mesmo quando se trata de período de longa duração, que parece imutável, e os conceitos utilizados nessa investigação estão ligados a determinado contexto, fazem parte de determinada história (Bittencourt, 2008, p. 193).

No que se refere à aprendizagem, é possível perceber que o tema da Ditadura ainda é pauta social, uma vez que problemas nas atuais relações de trabalho decorrem de práticas de exploração descritas em fontes relativas ao período. Foi por essa razão que este estudo se

comprometeu a problematizar, junto aos estudantes, o conjunto de reportagens da referida agência intitulada: “Empresas Cúmplices da Ditadura” e a inserção dos conhecimentos sobre as relações econômicas de trabalho e, principalmente, a exploração imposta por essas empresas frente a classe trabalhadora do período, enxergando assim, o contexto da época e o ambiente ditatorial orquestrado pelo Estado brasileiro.

Dessa forma, é salutar compreender o contexto de fundação e a escolha da linguagem jornalística, que forma e completa o conjunto de fontes de informação direcionado aos estudantes, indispensáveis para a Proposta de Intervenção Pedagógica e a concretude da análise a da metodologia dessa investigação. Não à toa, os valores e defesa da luta contra a violação dos direitos humanos ganhou destaque neste estudo.

Assim como na atividade de sondagem dos conhecimentos prévios dos estudantes, realizados na primeira etapa, com a exibição e discussão do episódio “Golpe de 64”, do *podcast* “História em Meia Hora”, o traço metodológico foi estruturado na utilização das reportagens da Agência Pública. Na ocasião, o professor mediador o apresentou novamente a proposta da aula-oficina e iniciou o processo de organização das apresentações em grupos de participantes, com vistas a alcançar os objetivos da investigação.

Antes do momento de cada reportagem ganhar brilho na fala e na escrita dos estudantes, essa etapa começou com a mediação do professor, na explanação da reportagem especial “Empresas Cúmplices da Ditadura” em que a Pública (2023), revela, numa série de outras matérias, “10 empresas que teriam responsabilidade na violação de direitos”.

Essa troca de conhecimento entre professor e aluno — ou melhor, entre o docente mediador e os estudantes protagonistas — ocorreu durante as apresentações da aula-oficina. Na ocasião, cada grupo de alunos ficou responsável por duas empresas diferentes citadas nas reportagens. Para aprofundar a análise, os grupos se subdividiram internamente, de modo que cada subgrupo ficasse encarregado de apresentar, com mais detalhes, uma das duas empresas atribuídas ao grupo.

Portanto, o par de empresas (sem nenhuma aproximação entre elas, a não ser o tema da exploração e a violação dos Direitos Humanos), foram selecionadas para serem apresentadas na sala de aula. Em uma aula e data específicas, por exemplo, um grupo ficou responsável pela análise da *Folha de S. Paulo* e da *Aracruz*, e assim sucessivamente. O registro individual desses conteúdos obtidos pelo estudo dos participantes da pesquisa, foi disposto em relatórios, permitindo a análise através dos instrumentos que captaram as suas respostas.

Com isso, formou-se o *corpus* documental desta etapa da dissertação, a qual diz respeito aos relatórios de cada estudantes. Embora as apresentações tenham sido realizadas em grupos, a

produção escrita foi feita de maneira individual. Nessa perspectiva, a aprendizagem histórica dos estudantes pôde estar alicerçada nas orientações e objetivos pensados no começo do processo, por meio do instrumento com perguntas balizadoras que formaram os relatórios da Aula Oficina, possibilitando avaliar a progressão das aprendizagens na relação com o saber histórico.

## **CAPÍTULO 3: A INSTRUMENTALIZAÇÃO DE UMA AULA OFICINA E A PROGRESSÃO DA APRENDIZAGEM EM HISTÓRIA**

### **3.1 Propondo uma Aula Oficina no Ensino de História: os critérios utilizados para selecionar as linguagens**

Ao longo das aulas de História na Educação Básica, constatamos uma carga horária diminuta nas disciplinas da área de Ciências Humanas. Essa situação foi agravada a partir da proposta do Novo Ensino Médio (NEM), levado a cabo pela pandemia de Covid-19, que fez com que as escolas fechassem suas portas para as aulas no espaço físico de cada instituição de ensino ao longo do território brasileiro, em março de 2020.

Nesse contexto de dificuldade na utilização de metodologias ativas e espaço apropriado para desenvolver um trabalho prático, ou pelo menos, atividades didático-pedagógicas que tragam o protagonismo dos estudantes, propusemos uma metodologia no Ensino de História, já executada nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática da Educação Básica, conhecida como “Práticas Experimentais”. Esta, por sua vez, se intitula como componente curricular da parte diversificada do NEM.

Nesse sentido, há estudos que enfatizam a importância da metodologia de Prática Experimental no Ensino de Física. “A prática experimental em muitos casos não faz parte da rotina do ensino de física, que muitas vezes, só é trabalhado de forma teórica” (Assis, 2021, p. 14). Apesar das diferenças disciplinares, a transposição para o Ensino de História aparece de forma factível, saindo da rotina do ensino escolar e propondo atividades de caráter prático.

Nesta pesquisa, encontramos o esforço de aplicar tal caminho de análise com o objetivo de, primordialmente, colocar o aluno inserido no processo pedagógico do ensino aprendido de forma significativa. Ao utilizar essa metodologia, é possível inserir os discentes como protagonistas de sua própria aprendizagem, enxergando o caminho científico de explicação dos fenômenos, com suas hipóteses e resolução de problemas. Portanto, a aplicação dessa proposta metodológica permite elencar

atividades experimentais demonstrativas por observação, atividades por verificação de sua validade, atividades por investigação e várias outras. Dessa forma, abordagem escolhida desta pesquisa é a experimentação investigativa como estratégia de ensino, por privilegiar o aluno como o personagem de destaque (Assis, 2021, p. 17).

Além disso, para fundamentar essa metodologia, como foi observado previamente, nos

amparamos na proposta de Aula Oficina elaborada por Isabel Barca (2004). “Neste modelo, o aluno é efetivamente visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as atividades das aulas, diversificadas e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integrados na avaliação” (Barca, 2004, p. 131).

Nessa perspectiva, o processo de pesquisa científica no campo da História, e mais especificamente em seu ensino, é balizado por idas e vindas de escritas, testes, aplicações de instrumentos de análise, coleta de dados, teorias, conceitos e metodologias. Portanto, o processo de síntese desta dissertação, ou melhor, a linguagem historiográfica que ela pretende mobilizar e divulgar para o Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), é a produção de uma Aula Oficina, que poderá ser utilizada por outros professores, tanto da rede dos mestrados profissionais em ensino, quanto qualquer professor da Educação Básica que queira utilizar uma ferramenta didática que coloque seus alunos como protagonistas do processo de ensino e aprendizagem.

Nesse caso, abordaremos em seguida, um caminho não apenas metodológico, mas também de mobilização de uma ferramenta de estudo, com aplicação prática nas aulas de História do Ensino Médio. No entanto, a depender da adaptação que o professor mediador fizer para o desenvolvimento desse método, ele conseguirá aplicar em suas aulas de História no Ensino Fundamental II. Dito isso, iremos demonstrar, através dos caminhos percorridos desde a elaboração do projeto desta dissertação, a possibilidade de uso dessa linguagem em qualquer outro tema do componente curricular de História. Evidentemente, desde que exista episódios no “História em Meia Hora” ou em outros *podcasts*, bem como em reportagens da “Agência Pública”.

Nesse sentido, o projeto de pesquisa inicialmente tinha como título “*A exploração do trabalho durante a ditadura empresarial-militar no Brasil: uma Prática Experimental no ensino de História*”. Duas etapas foram estabelecidas: a primeira consistiu no estudo de sete episódios do *podcast* “História em Meia Hora”, que discutiram a temática do Golpe de 1964 e o Regime Militar no Brasil, a saber: O Golpe de 64 (22/05/2020); Ditadura Militar (07/11/2020); Corrupção na Ditadura Militar (02/02/2022); Tortura na Ditadura Militar (27/04/2022); EUA no Golpe de 64 (13/07/2022); João Goulart (22/10/2022) e Militares Torturados pela Ditadura (12/04/2023).

O episódio “O Golpe de 64” serviu de abertura das ações de sondagem da aprendizagem dos estudantes sobre o tema da Ditadura Militar no Brasil e, ao mesmo tempo, introduziu a ferramenta digital como recurso didático nas atividades do projeto. Nessa etapa, o episódio foi reproduzido na íntegra, durante uma aula de História, junto às demais orientações dessa metodologia. Essa etapa se deu com o auxílio de equipamentos necessários para essa finalidade,



a exemplo de TV, *notebook* e internet.

Em seguida, as turmas da 2ª série do Ensino Médio foram divididas em grupos de trabalho, responsáveis pela apresentação de um dos demais episódios para o restante da turma. Logo após, os integrantes da equipe foram instados a elaborar, com base em um conjunto de perguntas feitas pelo professor, um relatório sobre o *podcast* apresentado por eles. As perguntas serviram para orientá-los e instrumentalizá-los previamente, além de versarem sobre as fontes históricas detectadas e problematizadas no episódio – bem como identificar se este tratava de questões econômicas e relações de trabalho. Esse mecanismo metodológico configurou o que chamamos de “Prática Experimental em História”.

A segunda etapa foi a análise de uma série de 10 reportagens. Mais uma vez, os estudantes foram divididos em grupos, que ficaram responsáveis pelo estudo e apresentação de duas delas. Da mesma forma, os integrantes da equipe deveriam responder, com base em um conjunto de perguntas<sup>11</sup>, outro instrumento de relatório sobre os textos jornalísticos apresentado por eles, seguindo a ideia de “Prática Experimental em História”. As perguntas também versaram sobre as fontes históricas detectadas nos textos e se estes continham questões econômicas e sobre relações de trabalho.

Por último, foi feita a análise dos relatórios das duas etapas, para posterior escrita deste capítulo de resultado da dissertação, enxergando os efeitos desses relatórios no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes e na elaboração da Aula Oficina com a temática da exploração do trabalho durante a ditadura empresarial-militar brasileira.

A análise teve como *Delineamento da pesquisa* uma abordagem qualitativa. Foi do tipo explicativa e por meio de um estudo de campo. A etapa de avaliação da *população e amostragem* elencou uma população composta por 81 alunos (72 matriculados nas turmas da 2ª série A, B e C no ano de 2023, mais 09 estudantes novatos e matriculados nas turmas da 3ª série A e B em 2024). Destes, a amostra foi de apenas 38,27%, que correspondeu a 31 alunos participantes das duas etapas, aos quais responderam as questões dos relatórios da Prática Experimental de História, realizada nos anos de 2023 e 2024.

A *Coleta de dados* foi feita através das respostas das questões problematizadoras elaboradas pelo professor-pesquisador e respondidas pelos sujeitos da pesquisa, sendo inseridas nos instrumentos de relatórios, envolvendo as atividades das duas etapas do projeto.

No Quadro 1, observa-se que, do total de 72 alunos matriculados nas turmas da 2ª série

---

<sup>11</sup> As perguntas dessa etapa são as mesmas da primeira do projeto e foram elaboradas de forma proposital com a finalidade de investigar a progressão das aprendizagens dos estudantes.

do ano de 2023, foram obtidos 51 relatórios. Já nas turmas da 3ª série do Ensino Médio, coletamos, em 2024, um quantitativo de 50 relatórios. Dentre os 101 relatórios recebidos foram analisados 62, que correspondem aos estudantes que estiveram participando das duas etapas da coleta de dados.

**Quadro 1** - Quantidade de relatórios coletados por turma e fontes de pesquisa utilizadas nas atividades (2023–2024)

Série / Ano	Quant. de Relatórios	Fonte de Pesquisa (Linguagem)
2ª SÉRIE A (2023)	23	Podcast História em Meia Hora
2ª SÉRIE B (2023)	14	Podcast História em Meia Hora
2ª SÉRIE C (2023)	14	Podcast História em Meia Hora
3ª SÉRIE A (2024)	26	Reportagens da Pública: “Empresas Cúmplices da Ditadura”
3ª SÉRIE B (2024)	24	Reportagens da Pública: “Empresas Cúmplices da Ditadura”

Fonte: Dados originais da pesquisa.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a *Análise e Interpretação dos dados* se deu de forma individualizada, a partir da amostra selecionada e analisando a progressão da aprendizagem dos estudantes participantes da pesquisa. Entretanto, do universo de 31 estudantes foram analisados, para exemplificar, 2 estudantes e, conseqüentemente, 4 instrumentos de relatório.

Portanto, analisamos, já no próximo tópico deste capítulo, a progressão da aprendizagem desses estudantes, levando em consideração os conceitos e objetivos que devem ser contemplados nesta investigação, a saber: Aprendizagem Histórica, Letramento Histórico, Fonte Histórica e Consciência Histórica, que emanam das perguntas e, mais precisamente, das narrativas desses estudantes. Além disso, e do ponto de vista da metodologia de Aula Oficina, foi possível identificar os conceitos substantivos e de Segunda ordem.

### **3.2 A recepção da Aula Oficina com os estudantes e a progressão da aprendizagem através de Relatórios**

Os instrumentos que serão analisados nesta sessão fazem parte da amostra composta de 8 relatórios do universo de 31 estudantes, ou seja, *Relatórios*<sup>12</sup> *das Práticas Experimentais de História*, tanto da etapa de análise da ferramenta de áudio *podcast* “História em Meia Hora” feita

<sup>12</sup> Os relatórios estão nomeados como Práticas Experimentais de História porque fizeram parte da coleta de dados da pesquisa, uma vez que elas ocorreram nos anos de 2023 e 2024. Logo após a Qualificação dessa dissertação a metodologia foi definitivamente designada e nomeada como Aula Oficina.

em 2023, quanto do momento subsequente, realizado no ano de 2024, no qual trabalhamos as reportagens da “Agência Pública”, junto aos estudantes.

A escolha dos estudantes e seus respectivos relatórios foi feita em consideração à participação nas apresentações realizadas em sala de aula, bem como a narrativa descrita em seus relatórios. No geral, escolhemos dois estudantes que atingiram os objetivos da atividade ao responder as questões dos instrumentos de forma satisfatória nas duas etapas do projeto propostas na Aula Oficina.

As perguntas de cada instrumento configuraram-se em critérios de análise para os objetivos da pesquisa, possibilitando verificar a presença ou ausência dos conceitos de aprendizagem, bem como a identificação das fontes históricas descritas em cada uma das linguagens historiográficas selecionadas — seja em episódios do *podcast* “História em Meia Hora” ou reportagem do site da “Agência Pública” que abordam a Ditadura Militar no Brasil. Com o intuito de garantir o anonimato e preservar a identidade dos participantes da pesquisa — estudantes envolvidos nas duas etapas do processo —, estes serão identificados apenas pelas iniciais de seus nomes.

O(a) aluno(a) B. C. P apresentou, junto de sua equipe, o tema “Ditadura Militar” do episódio do *podcast*. Essa temática está presente em seu relatório como forma de mensurar os seus conhecimentos prévios. A primeira questão estava atrelada ao conceito e entendimento das fontes descritas. *1. Quais as fontes históricas pesquisadas e narradas neste episódio? Identifique-as.*

O professor Vitor Soares, não deixou claro em nenhum momento as fontes pesquisadas, mas ele citou áudios de pessoas estrangeiras que vivenciaram esse momento de tortura no Brasil, citou o seu amigo professor de física o César que fala sobre o D6, fala sobre os jornais, que sempre que eram censurados pelos militares o jornal colocava uma receita, e por fim as músicas cálice e Bom xibom que tinham que ter duplo sentido.

A análise que podemos fazer desse primeiro item é que, quanto ao conhecimento prévio sobre fontes históricas do(a) aluno(a), há uma dúvida sobre a definição do que é uma fonte histórica, inicialmente, ao relatar que o narrador do *podcast* não deixou claro a existência das fontes de pesquisa. Porém, os áudios de pessoas que foram torturadas no Brasil aparecem como a descrição de algo importante para o episódio e para a História, bem como a informação da existência de jornais da época que eram censurados.

A questão de nº 2 era descrita da seguinte forma: *Demonstre as questões econômicas e as relações de trabalho existentes no episódio em questão.* A resposta deste(a) aluno(a) estabelece alguns importantes marcos sobre seus conhecimentos prévios.

O milagre econômico no início foi muito bom, o PIB subiu 10% a cada ano entre 1968 a 1974, porém isso custou caro, a dívida cresceu no exterior e muita concentração de renda, onde quem é rico fica cada vez mais rico e o pobre cada vez mais pobre. Na década de 70 o Brasil passou por uma crise [econômica] e o milagre econômico foi com Deus. Na década de 80, tudo [estava] mais caro, os juros vinham com 80% e tudo era 80% mais caro que o normal.

Aquilo que está mais presente no repertório cultural do(a) aluno(a) é o conhecido acerca do “Milagre Econômico”, o que se justifica pela comum presença dessa temática em manuais didáticos e em possíveis outros espaços sobre conteúdo do passado, como no caso do episódio. O que nos chama atenção em termos de aprendizagem histórica é a consciência de que uma crise econômica acabaria com o chamado “Milagre Econômico”, levando o Brasil a viver, na década de 80, um aumento nos juros e na carestia, mais que o normal.

A terceira questão, por sua vez, era descrita da seguinte forma: *Você conseguiu observar e levantar algum aspecto sobre a exploração do trabalho nesse episódio? Qual ou quais? Justifique sua resposta.* A resposta dada pelo(a) aluno(a) enfatiza muito mais a questão do exército, como se pode perceber:

Todos que trabalhavam tinham que fazer tudo exatamente como o exército queria, um exemplo era as emissoras de TV, elas faziam todo seu trabalho, porém não podiam divulgar nada sobre a Ditadura Militar, sobre as torturas ou até mesmo sobre as mortes, tudo isso era censurado e colocavam receitas ao invés das notícias.

Na terceira questão, o instrumento do relatório aborda, ainda que de forma inicial, aspectos do conceito de segunda ordem, relativos à existência ou não da exploração do trabalho no contexto da Ditadura Militar no Brasil. Observa-se, contudo, que também emergem temas vinculados às imposições do Exército à população brasileira, bem como às práticas de tortura, às mortes e à censura de notícias, evidenciando como esses elementos se fazem presentes na visão de mundo e na compreensão histórica dos(as) estudantes.

No quarto item, a pergunta estava mais ligada à perspectiva de entendimento da reflexão sobre a Consciência Histórica, tendo em vista a percepção por parte dos indivíduos de uma compreensão temporal de passado, presente e projeção de futuro ao qual nos proporcione a transformação da realidade que nos cerca: *Caso não tenha encontrado nada no episódio sobre a exploração do trabalho durante a Ditadura Militar no Brasil, você acredita ser importante conhecer e estudar esse tema? Justifique sua resposta.* Eis o que disse o(a) aluno(a):

Esse tema relata importantes acontecimentos no nosso país, como a história do Brasil nesse período. Tendo conhecimento desse tema, não poderemos deixar algo tão cruel

acontecer novamente. Esse período no Brasil destruiu famílias, vidas, e não acontecerá novamente se todos tiver conhecimentos dos seus direitos por lei.

A compreensão histórica expressa na narrativa transcrita do(a) estudante apresenta informações sobre o período de forma descritiva, mas não contempla a temática da exploração de trabalho. Ainda assim, evidencia a preocupação de que ter os direitos garantidos por lei, beneficia as famílias e a sociedade brasileira, ou seja, há a presença de um sentido histórico prático no ensino dessa disciplina.

O(a) estudante B. C. P. participou também da segunda etapa da aula-oficina. Nessa fase, a principal fonte de pesquisa, conforme descrito no instrumento de relatório, foram as reportagens da *Agência Pública* sobre a Ditadura Militar no Brasil. O objetivo foi observar a progressão das aprendizagens do referido aluno. As respostas apresentadas tiveram como base duas reportagens da série “*Empresas Cúmplices da Ditadura*”, a saber: “*Documentos indicam que aliança da Folha com a ditadura foi mais forte do que jornal admite*” e “*Aracruz Celulose teria usado prisões arbitrárias para obter terras indígenas na ditadura*”.

A primeira questão do instrumento do relatório foi: “*Quais as fontes históricas pesquisadas e narradas nesta reportagem? Identifique-as.*” A resposta da estudante atendeu, em certa medida, ao objetivo da pergunta, permitindo verificar sua percepção sobre as fontes utilizadas na investigação da cumplicidade da empresa. Como referência principal, ela citou a obra bibliográfica da pesquisadora Beatriz Kushnir, também empregada pela investigação da Unifesp/Caaf. A seguir, apresenta-se a narrativa do(a) aluno(a) em relação a essa empresa e à Aracruz Celulose:

Na folha, podemos ver em destaque um livro de Beatriz Kushnir chamado ‘Cães de guarda – jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988’, fora isso ainda temos reportagens, imagens, entrevistas e jornais publicados na época. Já em Aracruz, temos Documentos, reportagens e imagens, e relatos de trabalhadores explorados da época.

No excerto acima, é possível afirmar que obras bibliográficas também são reconhecidas como fontes de informação para pesquisas no campo da História. Contudo, o(a) estudante não especifica com detalhes quais documentos, reportagens ou imagens publicadas à época foram utilizadas. Ainda assim, já se observa um avanço no processo de aprendizagem, uma vez que a resposta evidencia a percepção do tema da exploração do trabalho ao mencionar a existência de “relatos de trabalhadores explorados da época.”

A Figura 2 ilustra dois exemplos desse material, que foi disponibilizado aos estudantes como parte do processo de leitura e análise durante as aulas.

**Figura 2** - Reportagens da Agência Pública utilizadas como fonte didática



**REPORTAGEM** **EMPRESAS** **MILITARES**

**Documentos indicam que aliança da Folha com a ditadura foi mais forte do que jornal admite**  
4 de julho de 2023 | Por [Vasconcelo Quadros](#)

**REPORTAGEM** **EMPRESAS** **MILITARES**

**Aracruz Celulose teria usado prisões arbitrárias para obter terras indígenas na ditadura**  
22 de junho de 2023 | Por [Dyepeson Martins](#)

Fonte: Agência Pública (2023).

Na pergunta 2, *demonstre as questões econômicas e as relações de trabalho existentes na reportagem em questão*, o(a) estudante descreveu, a partir de sua linguagem e visão de mundo, associadas à leitura e pesquisa das empresas analisadas pelo grupo, os benefícios que a *Folha de S. Paulo* e a *Aracruz Celulose* obtiveram durante o regime no Brasil. Expressões como “*não emprestariam de graça*”, “*chegou muito grande no Brasil economicamente*” e “*tinham muito dinheiro*” ilustram a compreensão das relações de trabalho abordadas nas reportagens. A seguir, apresenta-se a resposta do(a) aluno(a) na íntegra:

Sobre a folha podemos perceber que, elas emprestaram os carros de entrega de jornais para os ex-agentes. Provavelmente, eles não emprestariam de graça, os mesmos ganhavam algo em cima, e muito provável não era pouco. Já Aracruz, chegou muito grande no Brasil economicamente. O governo e todas as autoridades faziam pedidos a eles e eles sempre cediam e ajudavam, pois tinham muito dinheiro.

A questão proposta foi: *Você conseguiu observar e levantar algum aspecto sobre a*

*exploração do trabalho nessa reportagem? Qual ou quais? Justifique sua resposta.* Trata-se da pergunta mais direta sobre o conceito de exploração do trabalho. A resposta do(a) estudante permite refletir sobre as definições e os objetivos da aprendizagem histórica no âmbito desta investigação, ao narrar de forma categórica o seguinte:

Com certeza na de Aracruz. O site da reportagem afirma que indígenas e quilombolas fizeram parte dos trabalhadores da Aracruz submetidos a exploração trabalhistas. Tem um relato de ex-operador da Aracruz que fala – ‘vi gente morrer de todo tipo – debaixo de árvore, de trator, com corrente...’. Na folha não identifiquei.

Isso posto, é possível estabelecer um paralelismo com as respostas do primeiro instrumento de relatório, que se consolidam na possibilidade de progressão da aprendizagem do(a) estudante em relação ao conceito de fonte histórica. Ao justificar sua resposta sobre os aspectos de exploração e violência relacionados à Aracruz Celulose, o(a) aluno(a) demonstra compreender que o relato de um ex-operador da empresa pode ser problematizado nesse tipo de pesquisa acadêmica, antecipada pela *Agência Pública*.

O quarto item do instrumento de relatório sobre as “*Empresas Cúmplices da Ditadura*”, que neste caso se refere ao jornal *Folha de S. Paulo* e à empresa de celulose Aracruz, apresentou o seguinte questionamento: “*Caso não tenha encontrado nada na reportagem sobre a exploração do trabalho durante a Ditadura Militar no Brasil, você acredita ser importante conhecer e estudar esse tema? Justifique sua resposta.*”

Essa questão é fundamental para a definição dos objetivos da pesquisa, pois é por meio da consciência histórica que o(a) estudante reflete sobre sua condição de sujeito histórico e sua atuação prática na sociedade. Nessa ocasião, a resposta analisada revelou algumas dificuldades de compreensão do conceito de exploração do trabalho durante a ditadura empresarial-militar no Brasil. Em poucas linhas, o(a) aluno(a) afirmou: “*Sim, pois é um tema de conhecimento público, onde todos têm acesso, e fala sobre a história do nosso país, que é de extrema importância para todos os estudantes.*”

De todo modo, o entendimento dos conceitos históricos nem sempre é plenamente alcançado pelos estudantes, uma vez que a pesquisa no campo do Ensino de História não busca apenas mensurar de forma linear ou progressiva sua aprendizagem. Ao contrário, considera que a investigação científica nessa área também deve contemplar os processos de dificuldade vivenciados pelos alunos, reconhecendo os avanços e retrocessos que marcam a construção de sua compreensão do pensamento histórico.

Abordaremos, a seguir, o instrumento de relatório de A. B. M., seguindo o mesmo

percurso de análise: questões que envolvem os conceitos de segunda ordem (como fonte histórica, relações econômicas e exploração do trabalho durante o regime) novamente mediados pelas linguagens historiográficas do podcast *História em Meia Hora* e das reportagens da *Agência Pública*.

“Corrupção na Ditadura militar” foi o tema base do *podcast* apresentado pela equipe de A. B. M., servindo também de base para as questões que compõem o relatório e evidenciando, a princípio, os conhecimentos prévios do(a) aluno(a). Desse modo, a questão de número 1 segue a lógica da identificação das fontes: *Quais as fontes históricas pesquisadas e narradas neste episódio? Identifique-as.*

A resposta de A. B. M. foi a seguinte: “O *podcast* narra a história de Delfim Neto, da transamazônica, Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, hidrelétrica água vermelha, hidrelétrica de Itaipu e Fleury. Todos esses são casos de corrupção. E as fontes usadas pelo *podcaster* consiste na internet e em historiadores.”

Temos uma resposta interessante, que já nos traz elementos para além do tema central da corrupção durante o período do regime, sobretudo em relação à hidrelétrica de Itaipu, observada pelo(a) aluno(a). Essa instituição, em destaque, é uma das contempladas pela *Agência Pública*, apontada como cúmplice da ditadura empresarial-militar no Brasil. Isso demonstra, a princípio, que o *podcast História em Meia Hora*, de alguma forma, já contemplava indiretamente a existência da cumplicidade e da atuação de empresas durante o regime.

Ainda assim, os casos de corrupção mencionados pelo(a) aluno(a) e narrados no *podcast* foram pesquisados a partir de fontes utilizadas por historiadores, o que revela uma preocupação e um entendimento, por parte do ouvinte, em recorrer a informações produzidas pela ciência histórica e agora privilegiadas no processo de ensino.

Na segunda pergunta do instrumento, o comando foi: “*Demonstre as questões econômicas e as relações de trabalho existentes no episódio em questão.*” O(a) aluno(a) apontou uma disputa econômica entre empresas hidrelétricas e destacou a corrupção em termos econômicos existente entre elas e em benefício delas. Assim descreveu:

Como o *podcast* fala sobre corrupção, que tem como conceito roubo, muitas vezes os corruptos davam privilégios a algumas pessoas e assim tais empresas saíam na frente em questões econômicas e talvez até fazia outras empresas desistirem por acharem que nunca irão conseguir e de fato jamais iriam crescer no trabalho.

Analisando de forma pontual o conceito de corrupção compreendido pelo(a) aluno(a), este(a) utilizou a palavra “*roubo*” como definição das práticas do regime da época. Essa resposta



também nos permite perceber os privilégios obtidos por setores do empresariado ao apoiar o governo naquele período. Tudo isso foi entendido como parte da sondagem da aprendizagem do(a) estudante, ainda antes da 2ª etapa da aula-oficina de sua equipe e, conseqüentemente, de sua percepção sobre quais das *“Empresas Cúmplices da Ditadura”* seriam investigadas pelo grupo.

O conceito de exploração do trabalho foi examinado nas respostas do(a) aluno(a) a partir da questão nº 3 do instrumento de relatório da aula-oficina, cujo comando foi: *“Você conseguiu observar e levantar algum aspecto sobre a exploração do trabalho nesse episódio? Qual ou quais? Justifique sua resposta.”*

A narrativa de A. B. M. demonstra que a corrupção estava atrelada à exploração do trabalho. Nesse exemplo, as condições precárias dos trabalhadores da construção civil — no caso da Transamazônica — evidenciam, segundo sua escrita, o uso indevido de dinheiro público em obras que não seriam concluídas. Eis o que o(a) aluno(a) escreveu:

*“No caso da corrupção da Transamazônica, quando imaginaram aquilo e colocaram em prática, contrataram pedreiros e ficaram lá roubando. Os pedreiros trabalhavam no sol quente em uma obra que não tinha futuro, já que só usavam como desculpa para pegar dinheiro.”*

A quarta e última questão do instrumento de relatório sobre o tema *“Corrupção na Ditadura Militar”* do podcast *História em Meia Hora* enfatiza a função social do Ensino de História, refletindo um aspecto central da consciência histórica dos estudantes. O enunciado foi o seguinte: *“Caso não tenha encontrado nada no episódio sobre a exploração do trabalho durante a Ditadura Militar no Brasil, você acredita ser importante conhecer e estudar esse tema? Justifique sua resposta.”*

Com certeza, levando em conta o último governo e os seus defensores, muitas pessoas apoiaram um governo que a cada 10 pessoas 11 eram sobre dar um golpe. Por isso é de suma importância que todos entendam o que aconteceu na ditadura militar para evitar que presidentes assim entrem e exerçam o poder.

Podemos concluir que a escrita do(a) aluno(a) parte de uma compreensão histórica relacionada à política atual do Brasil, ou seja, evidencia o entendimento de que valores democráticos precisam ser respeitados integralmente e que combater discursos de pessoas que clamam por golpes e apoiam esse tipo de regime representa, em si, uma defesa dos valores conquistados em décadas de lutas sociais.

A segunda etapa da aula-oficina realizada por A. B. M. teve como base as reportagens da *Agência Pública* sobre a Ditadura Militar no Brasil. Nesse sentido, a progressão das aprendizagens foi analisada a partir das respostas referentes a duas reportagens da série

*“Empresas Cúmplices da Ditadura”*, intituladas: *“Companhia Docas se aliou à ditadura para monitorar funcionários no Porto de Santos”* e *“Petrobras participou de tortura e monitorou orientação sexual de funcionários da ditadura.”*

A primeira questão do instrumento do relatório foi: *“Quais as fontes históricas pesquisadas e narradas nesta reportagem? Identifique-as.”* nota-se a existência de lacunas na compreensão plena do conceito de fontes históricas, já que identificar depoimentos de pessoas sem descrever minimamente o teor dessas falas compromete, de certa forma, a análise. No caso da Petrobras, a resposta cita três nomes, mas não esclarece quem são ou em que contexto se inserem: Carlos Alves, Edson Teles e João Paulo. A resposta apresentada foi a seguinte: *“Petrobras = os depoimentos do Carlos Alves, Edson Teles e João Paulo. Telegrama do consulado brasileiro no Chile enviado ao MRE e as listas de convidados que eram analisadas. Docas = depoimento de Ademar dos Santos e documentos oficiais acessados pela Pública.”*

Segundo a referida reportagem da Agência Pública, Carlos Alves foi um ex operador de máquinas torturado pela ditadura empresarial-militar brasileira. À época, integrava o sindicato dos trabalhadores petroleiros da Bahia e teve seu nome incluído nas “listas de subversivos” elaboradas por militares infiltrados nas empresas para perseguir e torturar trabalhadores. Já Edson Teles é o coordenador do projeto “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura”, que investiga a atuação dessas corporações. Por sua vez, João Paulo foi ex-funcionário da Petrobras que relatou ter sofrido uma simulação de fuzilamento como forma de pressão para fornecer informações aos militares.

Na segunda questão — *“Demonstre as questões econômicas e as relações de trabalho existentes na reportagem em questão”* —, o(a) aluno(a) destacou, em consonância com sua progressão de aprendizagem e reflexão sobre o conceito de corrupção, que o crescimento econômico esteve atrelado às desigualdades sociais e ao apoio das empresas à ditadura militar no Brasil. A expressão “[...] os chefes se dão bem e os operários afundam cada vez mais [...]” é um indício da percepção de relações de trabalho nas reportagens. Eis a resposta na íntegra: *“Crescimento econômico em cima da corrupção e apoio à ditadura militar e uma relação de trabalho a qual os chefes se dão bem e os operários afundam cada vez mais de maneira desigual e desumana.”*

A pergunta seguinte do instrumento de relatório foi: *“Você conseguiu observar e levantar algum aspecto sobre a exploração do trabalho nessa reportagem? Qual ou quais? Justifique sua resposta.”* Esse foi o item mais direto sobre o conceito de exploração do trabalho. A narrativa do(a) aluno(a) permite apreender o objetivo da aprendizagem histórica e, conseqüentemente, uma reflexão da consciência histórica desse passado, ao afirmar: *“Não tem exploração de trabalho*

*com aqueles que não consideravam contra a ditadura, mas os sindicalistas, esquerdistas ou apenas suspeitos eram perseguidos.”*

O último item de pergunta do instrumento, em relação às “*Empresas Cúmplices da Ditadura*”, fez referência à Companhia Docas e à Petrobras e apresentou o seguinte comando: “*Caso não tenha encontrado nada na reportagem sobre a exploração do trabalho durante a Ditadura Militar no Brasil, você acredita ser importante conhecer e estudar esse tema? Justifique sua resposta.*”

A resposta descreveu de forma enfática o seguinte pensamento: “*Com toda certeza se faz necessário estudar sobre a exploração do trabalho para conhecermos a história do país e para servir de encorajamento para as pessoas que são exploradas hoje em dia.*”

Portanto, essa narrativa revela indícios de progressão da aprendizagem e de compreensão do conceito de exploração do trabalho durante a ditadura empresarial-militar no Brasil. De forma sucinta, o(a) aluno(a) destacou a importância da disciplina de História no combate à exploração do trabalho na sociedade brasileira contemporânea, realidade que afeta diretamente a classe trabalhadora da qual fazem parte a maioria das famílias de nossos estudantes.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal aplicar uma Aula Oficina no Ensino de História para tratar da exploração do trabalho durante o período da ditadura empresarial-militar no Brasil. A escolha desse tema se deu pelo fato de que, normalmente, quando se ensina sobre a Ditadura nas escolas, o foco recai sobre as questões de repressão política e censura, enquanto os direitos sociais e as condições dos trabalhadores naquele período acabam sendo pouco discutidos. Diante disso, a proposta foi pensar uma forma de levar esse outro lado da história para dentro da sala de aula, ajudando os alunos a perceberem que o regime também causou muitos impactos na vida dos trabalhadores brasileiros e que o crescimento econômico da época veio junto com muitas injustiças sociais.

Para isso, foi elaborada uma Aula Oficina baseada na metodologia proposta por Isabel Barca (2004), que permite que os estudantes participem, de maneira mais ativa, do processo de aprendizagem. Foram utilizadas como ferramentas pedagógicas episódios do *podcast* “História em Meia Hora” e reportagens da Agência Pública sobre empresas que apoiaram a ditadura. A partir dessas fontes, os estudantes produziram relatórios, que, depois, foram analisados, para observar o que eles aprenderam e como compreenderam os temas trabalhados.

Os resultados mostraram que a proposta teve bons efeitos. Os estudantes conseguiram entender conceitos importantes como o de “fonte histórica”, “consciência histórica”, além de desenvolveram a capacidade de pensar sobre a ditadura de maneira mais crítica, relacionando o que aprenderam com situações atuais do mundo do trabalho.

As respostas aos relatórios demonstraram que eles assimilaram a ideia de que o regime militar não foi apenas uma ditadura política, mas, também, econômica, com apoio de empresários que se beneficiaram da repressão e da retirada de direitos dos trabalhadores. Além disso, o uso de mídias, como o *podcast*, teve uma recepção muito positiva por parte dos alunos, que se mostraram mais interessados e envolvidos com a aula.

Com base nisso, podemos afirmar que os objetivos da pesquisa foram alcançados. A Aula Oficina foi aplicada com sucesso, a aprendizagem dos estudantes foi avaliada e os conceitos que se queria trabalhar apareceram de forma clara nas produções deles. O uso do *podcast* e das reportagens funcionou como se esperava e permitiu uma aproximação maior dos alunos com o conteúdo histórico.

A pesquisa aponta caminhos importantes para o futuro. Seria interessante repetir a experiência em mais escolas, com mais tempo para os debates e com o uso de outros tipos de mídia. Também é possível pensar em projetos de formação para professores de História,

mostrando como eles podem abordar esse tema com apoio de recursos digitais. Outra proposta seria desenvolver materiais didáticos que tragam essa discussão da exploração do trabalho durante a Ditadura de forma mais acessível e crítica, ajudando outros educadores a trabalharem o tema com seus alunos.

Em resumo, esta pesquisa mostrou que é possível e necessário trazer novos olhares para o ensino da Ditadura Militar no Brasil, destacando a relação entre política, economia e desigualdade social. Mais do que ensinar datas e nomes, o Ensino de História precisa ajudar os estudantes a entenderem os processos que ainda influenciam a vida deles hoje. Ao tratar da exploração do trabalho durante a Ditadura, os alunos foram levados a refletir sobre questões que continuam atuais, como o desrespeito aos direitos dos trabalhadores e a desigualdade social. Por isso, ensinar História também é formar cidadãos mais críticos, conscientes e capazes de pensar sobre o presente com base no passado. E é justamente esse o maior valor de uma proposta como a que foi apresentada nesta pesquisa.

Resta-nos a reflexão de que alcançar os objetivos de uma pesquisa acadêmica não se encerra em escolhas e destinos perfeitos, até porque isso não existe na pesquisa histórica. Além disso, o conhecimento científico é datado por um contexto social, político e cultural e corresponde a questões e problemas de pesquisa elaborados pelo historiador, no nosso caso, o professor-pesquisador. Ademais, os aspectos culturais e de condições de trabalho docente do professor refletem na escrita e na análise desta pesquisa no Ensino de História.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ASSIS, Denise Antonieta Bispo. **A importância da prática experimental no ensino de Física utilizando experimentos**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Física) – Universidade Federal de Jataí, Jataí, 2021.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. *In: Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica*. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.

BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. **Educar em Revista**, Curitiba, p. 93-112, 2006.

BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BARRETO, M. F. A ditadura civil-militar em Sergipe: o que nos falam os jornais? (1968-1978). **Revista Ilustração**, 1(2), 29–43, 2020. <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v1i2.18>.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2008.

BORGES, Cláudia Cristina do Lago; FRANCISCO, Luara Alencar; LOUVEM, Henrique Saraiva. Jogos e podcast no Ensino de História. *In: LEITE, Priscilla Gontijo; BORGES, Cláudia Cristina do Lago (Orgs.) Experiências docentes e a construção do saber histórico*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. (Coleção Experimentos e Reflexões Sobre Práticas no Ensino de História, v. 4).

BORTONE, Elaine de Almeida. **O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a Ditadura Empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)**. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

FERNANDES, L. Z. A. Reconstrução das aulas de história na perspectiva da educação histórica: da aula oficina à unidade temática investigativa. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DE ENSINO DE HISTÓRIA: metodologias e novos horizontes*, 8.

**Anais...** São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016 (1985-2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 27-35. (Coleção O Brasil Republicano; v. 5).

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2022. (Coleção História na universidade).

GASPAROTTO, Alessandra; BAUER, Caroline Silveira. O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula. *In*: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (Orgs.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2ª Edição. São Leopoldo: Editora Oikos, 2021. (E-book).

IANNI, Octávio. **A Ditadura do Grande Capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar em Revista**, Curitiba, p. 131-150, 2006.

MAIA, Tatyana de Amaral. Negacionismo histórico e emergência da extrema direita A crise do regime moderno de historicidade no Brasil (2019-2022). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 39, n. 81, e23312, set./dez. 2023 <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752023000300012>.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “Civil-Militar”: Controvérsias Historiográficas sobre o Processo Político Brasileiro no Pós-1964 e os Desafios do Tempo Presente. **Revista Brasileira de História**, v. 34, n. 67, p. 13-30, 2014.

OLIVEIRA, Marcos Silva de. **O Ensino de História e as Questões Contemporâneas**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PÚBLICA. **Quem somos**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://apublica.org/quem-somos/>. Acesso em: 07 jun. 2025.

PÚBLICA. **Empresas cúmplices da ditadura**. Especial. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://apublica.org/especial/as-empresas-cumplices-da-ditadura-militar/>. Acesso em: 07 jun. 2025.

ROCHA, Helenice. Letramento(s) histórico(s): uma proposta plural para o ensino e a aprendizagem de História. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 13, n. 2, p. 275-301, jul./dez. 2020.

RODRIGUES, Icles. Usos pedagógicos para YouTube e podcasts. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.). **Novos combates pela história**. São Paulo: Contexto, 2021.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem Histórica – Fundamentos e Paradigmas**. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

SANTOS, Maria Aparecida Lima dos. Consciência histórica e educação histórica: diferentes noções, muitos caminhos. In: DE SOUZA MAGALHÃES, M. et al. **Ensino de história: usos do passado, memória e mídia**. [s.l.] Editora Fgv, 2014.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **Corpos para o capital: acidentes de trabalho, precarização e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Literacia histórica: um desafio para a educação histórica no século XXI. **História & Ensino, Londrina**, v. 15, p. 9-21, 2009. DOI: 10.5433/2238-3018.2009v15n0p9. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11424>. Acesso em: 17 set. 2025.

SIRKIS, Alfredo. **Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida**. 5. ed. São Paulo: Global Editora, 1981.

THEOBALD, Henrique Rodolfo. **Fundamentos e metodologia do ensino de história**. Curitiba: Editora Fael, 2010.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. In: **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho** / organização Maria Paula Araujo, Izabel Pimentel da Silva, Desirree dos Reis Santos. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.



(Tema do episódio do podcast História em Meia Hora)

História em Meia Hora - Ditadura Militar.

1. Quais as fontes históricas pesquisadas e narradas neste episódio? Identifique-as.

O professor Jéton Soares, não deixou claro em nenhum momento as fontes pesquisadas, mas ele citou áudios de pessoas estrangeiras que presenciavam esse momento de tortura no Brasil, citou o seu amigo professor de física Pizar que fala sobre o D6, fala sobre as formas que sempre que eram usadas pelos militares e jornal sobre isso como receita, e por fim as músicas Calix e Bem Xibem que tinham que ter duplo sentido.

2. Demonstre as questões econômicas e as relações de trabalho existentes no episódio em questão.

O milagre econômico no início foi muito bom, o PIB brasileiro subiu 10% a cada ano entre 1968 a 1974, porém isso custou caro, a dívida cresceu no exterior e muita concentração de renda, onde quem é rico fica cada vez mais rico e o pobre cada vez mais pobre. Na década de 70 o Brasil passou por uma crise econômica e o milagre econômico foi com Deus. Na década de 80 tudo ficou mais caro, os juros tinham em 80% e tudo era 80% mais caro que o normal.

3. Você conseguiu observar e levantar algum aspecto sobre a exploração do trabalho nesse episódio? Qual ou quais? Justifique sua resposta.

Todas que trabalhassem tinham que fazer tudo exatamente como o chefe queria, um exemplo são as emissoras de TV, elas faziam todo seu trabalho, porém não podiam divulgar nada sobre a Ditadura Militar, sobre as torturas ou até mesmo sobre os mortos, tudo isso era censurado e colocavam receitas ao invés das notícias.

4. Caso não tenha encontrado nada no episódio sobre a exploração do trabalho durante a Ditadura Militar no Brasil, você acredita ser importante conhecer e estudar esse tema? Justifique sua resposta.

Esse tema relata importantes acontecimentos no nosso País, como a história do Brasil nesse período, tendo conhecimento desse tema, não poderemos deixar algo tão cruel acontecer novamente. Esse período no Brasil destruiu famílias, vidas, empregos e não acontecerá novamente se todos tiverem conhecimento dos seus direitos por lei.

## ANEXO II- 1ª REPORTAGEM UTILIZADA PELO GRUPO NA PRÁTICA EXPERIMENTAL

(Título da Reportagem utilizada pelo seu grupo na Prática Experimental)

1- Documentos indicam que o sanga do folha com a ditadura foi mais forte do que o jornal. 2- Curitiba teria usado prisões subterráneas para obter textos indígenas na ditadura.

1. Quais as fontes históricas pesquisadas e narradas nessa reportagem? Identifique-as.

Na folha, podemos ver em destaque um livro de Beatriz Kuschmir chamado "Cães de guarda - jornalistas e censores, de AI-5 à Constituição de 1988", fora isso ainda temos reportagens, imagens e entrevistas e jornais publicados na época. Já em Curitiba, temos Documentos, reportagens e imagens, e relatos de trabalhadores operários da época.

2. Demonstre as questões econômicas e as relações de trabalho existentes na reportagem em questão.

Segundo a folha, podemos perceber que, eles emprestavam os carros de entrega de jornais para os entregadores. Provavelmente, eles não emprestavam de graça, os meses ganhavam algo em cima, e muito provável que não era pouco, já Curitiba, chegou muito grande no Brasil economicamente. O governo e todas as autoridades faziam pedidos e eles e eles sempre cediam e ajudavam, pois tinham muito dinheiro.



3. Você conseguiu observar e levantar algum aspecto sobre a exploração do trabalho nessa reportagem? Qual ou quais? Justifique sua resposta.

Com certeza ~~na~~ <sup>na</sup> de Cracuz ~~na~~ <sup>na</sup> ~~duas~~ <sup>uma</sup> ~~tem~~ <sup>tem</sup>. O site da reportagem afirma que indígenas e quilombolas fizeram parte dos trabalhadores da Cracuz submetidos a exploração trabalhistas, tem <sup>um</sup> relato de um ex-operário da Cracuz que fala - "Vi gente morrer de todo tipo - de baixo de árvore, de trote, com estresse...". Na folha não indet. fique.

4. Caso não tenha encontrado nada na reportagem sobre a exploração do trabalho durante a Ditadura Militar no Brasil, você acredita ser importante conhecer e estudar esse tema? Justifique sua resposta.

Sim, pois é um tema de conhecimento público, onde todos tem acesso a ter, e fala sobre a história do nosso País que é de extrema importância para todos os estudantes.

## ANEXO III- 2º TEMA SELECIONADO DO PODCAST

(Episódio do podcast utilizado pelo seu grupo na Prática Experimental)

Corrupção na ditadura militar

1. Quais as fontes históricas pesquisadas e narradas neste episódio? Identifique-as.

O podcast narra a história de Delfim Neto, da transamazônica, Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, hidrelétrica água vermelha, hidrelétrica de Itaipu e Fleury. Todos esses são casos de corrupção. E as fontes usadas pelo podcast consistem na internet e em historiadores.

2. Demonstre as questões econômicas e as relações de trabalho existentes no episódio em questão.

Como o podcast fala sobre corrupção, que tem como conceito roubo, muitas vezes os corruptos davam privilégios a algumas pessoas e assim tais empresas saíam na frente em questões econômicas e talvez até fazia com que empresas desistissem por acharem que nunca irão conseguir e de fato jamais iam crescer no trabalho.

3. Você conseguiu observar e levantar algum aspecto sobre a exploração do trabalho nesse episódio? Qual ou quais? Justifique sua resposta.

No caso de corrupção da Transamazônica quando imaginavam aquilo e colocavam em prática, contratavam pedreiros e ficavam lá roubando, os pedreiros trabalhavam no sol quente em uma obra que não tinha futuro já que só usavam como desculpa para pegar o dinheiro.

4. Caso não tenha encontrado nada no episódio sobre a exploração do trabalho durante a Ditadura Militar no Brasil, você acredita ser importante conhecer e estudar esse tema? Justifique sua resposta.

Com certeza, levando em conta o último governo e os seus defensores, muitas pessoas apoiavam um governo que a cada 30 palavras <sup>1964</sup> <sup>1964</sup> eram sobre dar um golpe, <sup>1964</sup> <sup>1964</sup> é de suma importância que todos entendam o que aconteceu na ditadura militar para evitar que presidentes assim entrem e exerçam o poder.

## ANEXO IV- 2ª REPORTAGEM UTILIZADA PELO GRUPO NA PRÁTICA EXPERIMENTAL

(Título da Reportagem utilizada pelo seu grupo na Prática Experimental)

Docas e Petrobras

1. Quais as fontes históricas pesquisadas e narradas nessa reportagem? Identifique-as.

Petrobras = os depoimentos de Carlos Alves, Edison Telles e João Paulo, telegrama do consulado brasileiro no Chile enviado ao MRE e as Listas de convidados que eram analisadas

Docas = depoimento de Ademair dos Santos e documentos oficiais acessados pela pública

2. Demonstre as questões econômicas e as relações de trabalho existentes na reportagem em questão.

Crescimento econômico em cima de corrupção e apoio a ditadura militar e uma relação de trabalho a qual os chefes se dão bem e os operários afundam cada vez mais de maneira desigual e desumana.



3. Você conseguiu observar e levantar algum aspecto sobre a exploração do trabalho nessa reportagem? Qual ou quais? Justifique sua resposta.

Não tem exploração de trabalho com aqueles que não consideravam contra a ditadura mas os sindicalistas, esquerdistas ou apenas suspeitos eram perseguidos.

4. Caso não tenha encontrado nada na reportagem sobre a exploração do trabalho durante a Ditadura Militar no Brasil, você acredita ser importante conhecer e estudar esse tema? Justifique sua resposta.

Com toda certeza se faz necessário estudar sobre a exploração do trabalho para conhecermos a história do país e para servir de encorajamento para as pessoas que são exploradas hoje em dia.



## ANEXO V- 3º TEMA SELECIONADO DO PODCAST HISTÓRIA EM MEIA HORA

(Tema do episódio do podcast História em Meia Hora)

Ditadura Militar

1. Quais as fontes históricas pesquisadas e narradas neste episódio? Identifique-as.

A ditadura militar não foi apenas militar mais também foi cívica militar 1 de abril de 1964 Juscelino Kubitschek em defesa após um golpe que envolveu os militares de governo dos Estados Unidos

2. Demonstre as questões econômicas e as relações de trabalho existentes no episódio em questão.

Sindicatos sofreram intervenção estatal, lideranças foram presos e torturados, a imprensa operária e sindical foi fechada.

3. Você conseguiu observar e levantar algum aspecto sobre a exploração do trabalho nesse episódio? Qual ou quais? Justifique sua resposta.

Estabeleceu a censura à imprensa, restrição ao discurso político e perseguição política aos opositores do regime.

4. Caso não tenha encontrado nada no episódio sobre a exploração do trabalho durante a Ditadura Militar no Brasil, você acredita ser importante conhecer e estudar esse tema? Justifique sua resposta.

Sim, muito importante estudar esse tema porque ela informa muito sobre o que é hoje o Brasil

## ANEXO VI- 3ª REPORTAGEM UTILIZADA PELO GRUPO NA PRÁTICA EXPERIMENTAL

(Título da Reportagem utilizada pelo seu grupo na Prática Experimental)

Itaipu e Fiat

1. Quais as fontes históricas pesquisadas e narradas nessa reportagem? Identifique-as.

Itaipu: Pessoas que trabalhavam no local deram depoimentos para a publico para falar o que realmente aconteceu.

Fiat: Documentos como forma de prova e pessoas com depoimentos e documentos queimados

2. Demonstre as questões econômicas e as relações de trabalho existentes na reportagem em questão.

Em questão a Fiat teve exploração de pessoas que trabalhavam na empresa e muitas ameaças dentro da empresa na quele tempo para demitir alguém era muito caro então eles ameaçavam e torturavam para que eles fizessem a demissão.

3. Você conseguiu observar e levantar algum aspecto sobre a exploração do trabalho nessa reportagem? Qual ou quais? Justifique sua resposta.

Sim. Agressão, ameaças, repressão e constante perseguição

Itaipu: Violência física, muitos acidentes que aconteceram dentro da empresa.

Fiat: Sistema de espionagem dentro da empresa usado para interrogar, ameaçar e costringer trabalhadores.

4. Caso não tenha encontrado nada na reportagem sobre a exploração do trabalho durante a Ditadura Militar no Brasil, você acredita ser importante conhecer e estudar esse tema? Justifique sua resposta.

Sim é importante para compreender as lutas e os movimentos que surgiram na época e também foi um período muito significativo e traumático da história para refletir sobre a importância da democracia.

**ANEXO VII- 4º TEMA SELECIONADO DO PODCAST HISTÓRIA EM MEIA HORA**

(Tema do episódio do podcast História em Meia Hora)

Ditadura Militar

1. Quais as fontes históricas pesquisadas e narradas neste episódio? Identifique-as.

golpe de 64, Jango, Estados Unidos, Castelo Branco, Costa e Silva, Geisel, AI-5

2. Demonstre as questões econômicas e as relações de trabalho existentes no episódio em questão.

"Milagre Econômico"

3. Você conseguiu observar e levantar algum aspecto sobre a exploração do trabalho nesse episódio? Qual ou quais? Justifique sua resposta.

Não entendi

4. Caso não tenha encontrado nada no episódio sobre a exploração do trabalho durante a Ditadura Militar no Brasil, você acredita ser importante conhecer e estudar esse tema? Justifique sua resposta.

Sim, pois as pessoas acreditavam que o passado  
tinha um erro grande em esperar pessoas que destruíam  
uma nação e se tornaram a mesma cometer esse erro de  
novas



### ANEXO VIII- 3ª REPORTAGEM UTILIZADA PELO GRUPO NA PRÁTICA EXPERIMENTAL

(Título da Reportagem utilizada pelo seu grupo na Prática Experimental)

"Documentos indicam que aliança de Folha com a ditadura foi mais forte do que o mal admite" "Aracruz Celulosa teve curules para os arbitrários indígenas na ditadura"

1. Quais as fontes históricas pesquisadas e narradas nessa reportagem? Identifique-as.

Folha de São Paulo: Documentos e testemunhas informaram que a Folha pediu para pagar a dívida da esquerda e que os pedidos foram ignorados.

Aracruz: Uso de intermediários para posse de terras ou compra por valores mínimos para índios, prisões arbitrárias.

2. Demonstre as questões econômicas e as relações de trabalho existentes na reportagem em questão.

Por exemplo na Folha de São Paulo as condições de trabalho eram complicadas, de perseguição e situações de torturas isso indica que por mais que o país se tornasse mal já contrariava de mesmo jeito.

3. Você conseguiu observar e levantar algum aspecto sobre a exploração do trabalho nessa reportagem? Qual ou quais? Justifique sua resposta.

Sim: No Folha de São Paulo muitos integrantes do próprio jornal sofriam torturas e pressões até a morte. No caso da Aracruz a mesma situação com operadores da equipe da ditadura dispor de trabalhos, indignos pagando trabalhos forçados e etc.

4. Caso não tenha encontrado nada na reportagem sobre a exploração do trabalho durante a Ditadura Militar no Brasil, você acredita ser importante conhecer e estudar esse tema? Justifique sua resposta.

Sim: É extrema importância não cometer os erros que foram cometidos no época que depois que aconteceu e fazer a população pagar o preço caro. Com esses erros no passado ensinaram as gerações futuras a não fazer cometer esses mesmos tipos de erros.



## ANEXO IX – SEQUÊNCIA DIDÁTICA

<b>ESCOLA ESTADUAL CIDADÃ INTEGRAL COMpositor LUIS RAMALHO</b>
<b>PROFESSOR: CARLOS AUGUSTO DA SILVA</b>
<b>COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA</b>
<b><u>APRESENTAÇÃO</u></b>
<p>Esta pesquisa teve como tema a exploração do trabalho durante o período da ditadura empresarial-militar no Brasil, realizando uma aula oficina no Ensino de História. Intentamos sondar, por meio da ferramenta digital podcast, a aprendizagem histórica dos estudantes do Ensino Médio sobre a questão; além disso, problematizar, no âmbito da aula-oficina em História, a recepção de um instrumento de relatório com perguntas respondidas pelos estudantes, a partir do estudo dos episódios do podcast “História em Meia Hora” e das reportagens do site “Agência Pública” sobre empresas cúmplices da ditadura.</p>
<b><u>ALUNOS ENVOLVIDOS</u></b>
<p>Trinta e um alunos envolvidos nas duas etapas do projeto, sendo a relativa ao “Podcast História em Meia Hora” realizada em 2023, quando os alunos cursaram a 2ª série, e a relativa a “Agência Pública” em 2024, quando cursaram a 3ª.</p>
<b><u>OBJETIVOS</u></b>
<p><b>GERAL:</b> Realizar uma aula oficina no Ensino de História para introduzir o tema da exploração do trabalho durante o período da ditadura empresarial-militar no Brasil.</p> <p><b>ESPECÍFICOS:</b> Sondar, por meio da ferramenta digital podcast, a aprendizagem histórica dos estudantes do Ensino Médio sobre a exploração do trabalho durante o período da ditadura empresarial-militar no Brasil.</p> <p>Problematizar, no âmbito da aula oficina em História, a recepção de um instrumento de relatório com perguntas respondidas pelos estudantes, a partir do estudo dos episódios do podcast “História em Meia Hora” e das reportagens do site “Agência Pública” sobre empresas cúmplices da ditadura</p>
<b><u>HABILIDADE DA BNCC ENVOLVIDA</u></b>
<p><b>EF09HI19:</b> Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos: Analisar as violações dos direitos humanos.</p>
<b><u>RECURSOS</u></b>
<p>Computador; Televisão; Instrumentos de Relatório; Aparelhos Celulares</p>
<b><u>CARGA HORÁRIA</u></b>
<p>45 horas/aula</p>
<b><u>METODOLOGIA</u></b>
<p><b>ETAPA 1 - PODCAST HISTÓRIA EM MEIA HORA</b></p> <p>❖ Reprodução, pelo professor, do episódio “Golpe de 1964”, do podcast História em Meia Hora (2h/a)</p>

- ❖ Explanação oral, pelos alunos, divididos em seis equipes, sobre os episódios “Ditadura Militar”, “Corrupção na Ditadura Militar”, “Tortura na Ditadura Militar”, “EUA no Golpe de 64”, “João Goulart” e “Militares torturados pela Ditadura”, do podcast História em Meia Hora (12h/a)
- ❖ Aplicação de instrumentos de relatório da aula oficina, pelo professor, com o objetivo de sondar a aprendizagem histórica dos alunos (6h/a)

### ETAPA 2 AGÊNCIA PÚBLICA – SÉRIE DE REPORTAGENS INTITULADA “EMPRESAS CÚMPLICES DA DITADURA

- ❖ Análise da reportagem “MPF investiga 12 empresas por violações de direitos humanos na ditadura militar; entenda” (2h/a)
- ❖ Explanação oral, pelos alunos, divididos em cinco equipes, responsáveis, cada, por duas reportagens, a saber: “Fiat tinha sistema de espionagem e sala exclusiva para interrogar funcionários na ditadura”; “Produtora de cobre Paranapanema teria mantido indígenas em “semi-escravidão” na ditadura”; “Companhia Docas se aliou à ditadura para monitorar funcionários no Porto de Santos”; “Petrobras participou de tortura e monitorou orientação sexual de funcionários na ditadura”; “Cobrasma lucrou milhões ao apoiar ditadura e reprimir movimentos sociais”; “Grupo dono do Arroz Tio João teria metralhado de helicóptero casa de posseiros na ditadura”; “Aracruz Celulose teria usado prisões arbitrárias para obter terras indígenas na ditadura”; “Itaipu na ditadura: mais de 100 operários mortos e 43 mil acidentes na construção”; “Documentos indicam que aliança da Folha com a ditadura foi mais forte do que jornal admite” e “Racismo, perseguição e assassinatos nas instalações da CSN nos anos da ditadura” (20h/a)
- ❖ Aplicação de instrumentos de relatório da aula oficina, pelo professor, com o objetivo de sondar a aprendizagem histórica dos alunos (3h/a)

### AVALIAÇÃO

Através da aplicação dos instrumentos de relatório, que foram, posteriormente, corrigidos e usados como uma nota bimestral. A análise foi de caráter qualitativa, visando a percepção sobre a aprendizagem histórica dos estudantes, considerando o trabalho realizado nas duas etapas, mensurada através das respostas fornecidas pelos alunos.

### REFERÊNCIAS

<https://open.spotify.com/show/6uscSyqp0q7Cb0uoEujgL8>, acesso em 13 de nov. 2023

<https://apublica.org/especial/as-empresas-cumplices-da-ditadura-militar/>, acesso em 18 de abr. 2024

<https://anchor.fm/historia-fm> Acesso em: 13 nov. 2023.

**ANEXO X – MODELO DE RELATÓRIO DA AULA OFICINA (AGÊNCIA PÚBLICA)**

Relatório da Aula Oficina de História  
Fonte principal de pesquisa: Reportagens da Agência Pública  
Tema: Empresas Cúmplices da Ditadura

Estudante:

---

Série: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_ Professor(a): \_\_\_\_\_

(Título da Reportagem)

---

---

---

---

---

1. Quais as fontes históricas pesquisadas e narradas nessa reportagem? Identifique-as.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---





**ANEXO XI – MODELO DE RELATÓRIO DA AULA OFICINA (HISTÓRIA EM MEIA HORA)**

Relatório da Aula Oficina de História  
Fonte principal de pesquisa: *Podcast* História em Meia Hora  
Tema: Ditadura Militar no Brasil

Estudante:

---

Série: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_ Professor(a): \_\_\_\_\_

(Título do episódio do *podcast*)

---

---

---

---

---

1. Quais as fontes históricas pesquisadas e narradas nesse episódio? Identifique-as.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



